



INSTITUTO
COMIDA
de **AMANHÃ**



COLHEITA

*uma pitada dos sistemas
alimentares em 2025*

Foto: Brenda Alcantara, 2026



APRESENTAÇÃO

O Colheita 2025 celebra um ano fértil para o Instituto Comida do Amanhã. Ao longo de 2025, aprofundamos debates, fortalecemos alianças, produzimos conhecimento estratégico e ampliamos nossa incidência para fortalecer a transição para sistemas alimentares saudáveis para pessoas e para o planeta, a partir das cidades.

Este documento reúne os frutos desse percurso. São artigos, publicações, relatórios, entrevistas, posicionamentos e curadorias que expressam a densidade e a diversidade do trabalho desenvolvido ao longo do ano. Mais do que uma compilação de entregas, o Colheita traduz um processo contínuo de construção coletiva, no qual pesquisa, prática, articulação política e comunicação caminham juntas.

Em 2025, nossa atuação passou a ser orientada por uma teoria da mudança que reconhece os sistemas alimentares urbanos como um campo estratégico para promover saúde para as pessoas e para o planeta. Partimos do entendimento de que a transição para sistemas alimentares mais saudáveis, justos e sustentáveis exige fortalecer políticas públicas, ampliar e qualificar o debate público e articular diferentes atores, saberes e territórios.

Nesse sentido, atuamos na produção, sistematização e disseminação de conhecimento, na promoção de espaços de diálogo e na incidência em agendas públicas, sempre a partir da articulação entre prática e política pública. Ao valorizar experiências locais, especialmente no nível municipal, buscamos contribuir para a construção de políticas alimentares mais participativas, integradas e capazes de garantir o direito humano à alimentação adequada.

Neste ano, o Colheita passa a ser organizado em cinco temas que refletem as prioridades e estruturam as ações do Instituto, sendo elas: Alimentação Escolar, Governança, Clima e Biodiversidade, Comer Local e Democracia Alimentar. Esses temas atravessam as três estratégias de atuação definidas em nossa teoria da mudança – Qualificação do Debate



Público, Vocalização e Articulação, e Qualificação da Política Pública – e expressam nossa visão sistêmica sobre a transformação dos sistemas alimentares.

A publicação está organizada em duas partes. Na primeira, apresentamos cinco capítulos temáticos que sistematizam os principais conteúdos produzidos ao longo do ano, organizados por eixos temáticos, além de um capítulo que conta sobre o que esperamos plantar e colher em 2026. Esses capítulos evidenciam como diferentes frentes de trabalho se conectam e se retroalimentam, reforçando a visão sistêmica que orienta o Instituto.

Na segunda parte, reunimos a curadoria da newsletter mensal, um espaço fundamental do nosso trabalho de difusão de conhecimento. Ao longo de 2025, selecionamos, organizamos e comentamos relatórios, estudos e publicações nacionais e internacionais de referência, que dialogam diretamente com as agendas trabalhadas pelo Instituto. Essa curadoria sempre foi organizada em três eixos - Comida e Cidades, Comida e Clima e Comida e Cultura - no entanto, a partir do mês de outubro de 2025, passou a ser orientada pelos temas de atuação do Instituto, refletindo nosso compromisso em ampliar o acesso a informações qualificadas, apoiar a tomada de decisão e fomentar o debate público sobre sistemas alimentares.

Celebrar a Colheita é reconhecer que os frutos de 2025 são resultado de um trabalho coletivo, construído a muitas mãos e em diálogo constante com os territórios. Que esta publicação sirva como registro, inspiração e ferramenta para seguirmos semeando, cuidando e fortalecendo os caminhos que nos levam a sistemas alimentares mais saudáveis para as pessoas e para o planeta.

Boa leitura.





Nossas produções

O ano de 2025 foi marcado pelo fortalecimento das agendas alimentares no cenário global e nacional, com avanços importantes que orientaram a produção de conteúdos do Instituto Comida do Amanhã ao longo do período. No plano internacional, destacam-se a consolidação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada em 2024 e em processo de operacionalização, o fortalecimento da alimentação escolar como tema estratégico nas agendas globais, impulsionado por iniciativas como a School Meals Coalition, e a crescente centralidade dos sistemas alimentares nas negociações climáticas rumo à COP30.

No contexto brasileiro, o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), juntamente com a Estratégia Alimenta Cidades, reafirmaram o papel das políticas públicas estruturantes no enfrentamento da fome, no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, e na promoção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Nesse cenário, programas como o Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA), o Pnae Agroecológico e o Café com o Comida orientaram parte significativa das reflexões e produções do Instituto, com destaque para a realização do LUPPA LAB 4, em Barcarena, que reuniu dezenas de municípios e contribuiu para o avanço do debate sobre governança alimentar local.

Ao longo do ano, nossas produções buscaram articular essas diferentes escalas — local, nacional e global — reunindo análises, sistematizações de experiências e conteúdos de incidência política que contribuam para qualificar o debate público e apoiar a construção de políticas alimentares integradas.

Sobre os relatórios e publicações

As publicações e relatórios compartilhados ao longo do ano em nossa newsletter refletem diretamente os temas prioritários que orientaram nossa atuação em 2025. Nesta edição do Colheita, reunimos esse conjunto de publicações, organizadas em três eixos estratégicos e complementares (entre janeiro e setembro): Comida e Cidades, Comida e Clima e Comida e Cultura.



Em Comida e Cidades, destacam-se conteúdos voltados à governança alimentar urbana, políticas públicas locais e alimentação escolar, com ênfase em estratégias que conectam produção local, abastecimento e acesso à alimentação adequada. Já em Comida e Clima, os materiais evidenciam a relação entre sistemas alimentares e crise climática, abordando desde a contribuição do setor para as emissões de gases de efeito estufa até caminhos para adaptação e mitigação, com foco na resiliência dos territórios. Por fim, em Comida e Cultura, ganham espaço discussões sobre dietas saudáveis, diversidade alimentar e os impactos dos padrões alimentares contemporâneos, incluindo o avanço dos ultraprocessados e seus efeitos sobre a saúde.

A partir de outubro, a curadoria da newsletter passou a se alinhar de forma ainda mais estruturada aos temas estratégicos do Instituto — Alimentação Escolar, Governança, Clima e Biodiversidade, Comer Local e Democracia Alimentar — que passaram a orientar a seleção e organização dos conteúdos. Esse movimento permitiu aprofundar a articulação entre os materiais curados e as agendas institucionais, qualificando ainda mais o debate e evidenciando conexões entre diferentes dimensões dos sistemas alimentares. De forma transversal, os relatórios selecionados reforçam a necessidade de transformação dos sistemas alimentares, destacando o papel da produção diversificada, das cadeias curtas e das políticas públicas integradas como caminhos essenciais para enfrentar a fome, as desigualdades e a crise climática.





SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 7

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS, DE INCIDÊNCIA E SISTEMATIZAÇÕES 8

CONTEÚDOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA 11

CAPÍTULO 2.

CLIMA E BIODIVERSIDADE 12

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS, DE INCIDÊNCIA E SISTEMATIZAÇÕES 14

CONTEÚDOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA 16

CAPÍTULO 3.

COMER LOCAL 21

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS, DE INCIDÊNCIA E SISTEMATIZAÇÕES 23

CAPÍTULO 4.

DEMOCRACIA ALIMENTAR 25

CONTEÚDOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA 27

CAPÍTULO 5.

GOVERNANÇA 28

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS, DE INCIDÊNCIA E SISTEMATIZAÇÕES 29

CONTEÚDOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA 31

CAPÍTULO 6.

O QUE ESTAMOS SEMEANDO PARA 2026 33

CURADORIA NEWSLETTER 36

COMIDA E CIDADES 37

COMIDA E CLIMA 47

COMIDA E CULTURA 58

NOVIDADES DA NEWSLETTER 70

CLIMA E BIODIVERSIDADE 70

GOVERNANÇA 73

DEMOCRACIA ALIMENTAR 76

COMER LOCAL 78

CRÉDITOS 80



CAPÍTULO 1

Alimentação Escolar



A alimentação escolar ocupa um lugar estratégico na atuação do Instituto e no debate público sobre sistemas alimentares saudáveis, justos e sustentáveis. Isso porque trata-se de uma ferramenta essencial para garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes, além de contribuir para a agricultura e desenvolvimento local e promover hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

Em 2025, este tema ganhou ainda mais centralidade no trabalho desenvolvido por nós diante do fortalecimento de agendas globais de financiamento, com destaque para a *School Meals Coalition* e a agenda de aceleração (fast track) da alimentação escolar no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Estas iniciativas vêm impulsionando o debate sobre escala, financiamento e integração de políticas públicas alimentares, e o avanço da conexão entre a alimentação escolar à agroecologia, à produção local e à biodiversidade. Especificamente neste ano iniciamos o programa **PNAE Agroecológico**, desenvolvido pelo instituto e diversos parceiros, e que tem como objetivo impulsionar a transição agroecológica por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promovendo mecanismos e arranjos que ampliam a produção, comercialização e oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis

Ao longo de 2025, produzimos conteúdos que dialogam com diferentes aspectos deste tema, desde o debate internacional sobre financiamento sustentável para alimentação escolar, às experiências brasileiras que demonstram o potencial transformador do PNAE na promoção da segurança alimentar e nutricional, no desenvolvimento local, até a transição agroecológica. Os materiais reunidos neste capítulo refletem esse esforço de incidência, sistematização e comunicação.

Publicações técnicas, de incidência e sistematizações

Policy Paper: O PNAE como motor da transição agroecológica no Brasil: incentivos e arranjos institucionais para compras públicas de alimentos saudáveis e sustentáveis



O policy paper analisa o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como instrumento estratégico para a transição agroecológica no Brasil. O documento discute os incentivos existentes, os arranjos institucionais necessários e os desafios para ampliar a aquisição de alimentos saudáveis e sustentáveis por meio das compras públicas. A publicação oferece recomendações para gestores públicos, formuladores de políticas e atores da sociedade civil, reforçando o potencial do PNAE como política indutora de transformações nos sistemas alimentares.

[Acesse o Policy Paper aqui.](#)

Home-Grown School Feeding: Case Studies on Procurement and Financing Report

Este relatório reúne estudos de caso sobre modelos de alimentação escolar baseados na produção local (*home-grown school feeding*), com foco em estratégias de compras públicas e mecanismos de financiamento.

A publicação analisa diferentes experiências com base em quatro estudos de caso da Etiópia, Bolívia, Brasil e Camboja, destacando como a articulação entre agricultura local e alimentação escolar pode gerar benefícios econômicos, sociais e nutricionais. O material contribui para o debate sobre políticas de alimentação escolar sustentáveis, oferecendo aprendizados relevantes para o contexto brasileiro.

O Instituto Comida do Amanhã foi responsável pelo estudo de caso brasileiro, aprofundando a análise sobre o financiamento do programa no país a partir de experiências concretas nos municípios de Santarém (PA) e Belo Horizonte (MG). A publicação contribui para o debate internacional sobre políticas de alimentação escolar sustentáveis, oferecendo aprendizados relevantes sobre o papel das compras públicas na promoção do desenvolvimento local e da segurança alimentar.

[Acesse o relatório aqui.](#)



Building a global financing coordination mechanism for sustainable school meals

Publicado pelo Brookings Institution, este artigo discute a necessidade de construção de um mecanismo global de coordenação financeira voltado às refeições escolares sustentáveis. Como parte de sua atuação em espaços internacionais relacionados à alimentação escolar, a diretora do Instituto, Juliana Tângari, contribuiu para o desenvolvimento do artigo, que reúne especialistas engajados no fortalecimento dessa agenda em nível global.

O texto argumenta que programas de alimentação escolar são investimentos estratégicos com impactos simultâneos em nutrição, educação, sistemas alimentares locais e resiliência climática, mas ainda enfrentam desafios significativos de financiamento previsível e coordenado. A publicação contribui para o debate internacional ao propor arranjos financeiros mais integrados e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o papel da alimentação escolar como política pública estruturante.

[Acesse o artigo aqui.](#)

Compras públicas sustentáveis: o papel do PNAE na transição agroecológica

O artigo publicado no Nexa Políticas Públicas, produzido a partir do policy paper “O PNAE como motor da transição agroecológica no Brasil”, destaca o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como uma das principais políticas públicas com potencial de impulsionar transformações estruturais nos sistemas alimentares brasileiros. Ao articular segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento rural e sustentabilidade, o programa se consolida como uma alavanca estratégica para fortalecer a agricultura familiar e promover cadeias de abastecimento mais justas e territorializadas. O texto também evidencia



avanços recentes no marco legal, como a ampliação do percentual mínimo de compras da agricultura familiar, reforçando o papel do Estado na indução de sistemas alimentares mais saudáveis.

Ao mesmo tempo, o artigo aponta desafios para que o PNAE cumpra plenamente esse papel, especialmente no que se refere à promoção da transição agroecológica.

Entre as principais recomendações estão o reconhecimento institucional da categoria de transição agroecológica, o fortalecimento de instrumentos de apoio à produção e a ampliação de mecanismos de compra pública que incentivem sistemas produtivos mais sustentáveis. A publicação reforça que, para além da aquisição de alimentos, é necessário estruturar políticas integradas que ampliem a oferta, valorizem a sociobiodiversidade e fortaleçam o papel dos agricultores familiares na construção de sistemas alimentares mais resilientes.

[Acesse o artigo aqui](#)

Conteúdos de comunicação e multimídia

DA MERENDA AO FUTURO: A TRAJETÓRIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Esta série de conteúdos, publicada em nossas redes sociais, apresenta uma linha do tempo da alimentação escolar no Brasil, destacando seus principais marcos históricos, avanços institucionais e desafios contemporâneos. A trajetória do PNAE é apresentada como exemplo de política pública capaz de articular segurança alimentar e nutricional, educação, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Os materiais reforçam a importância da defesa e do aprimoramento contínuo do programa frente a novos desafios, como a emergência climática e a necessidade de dietas mais saudáveis e sustentáveis.

Acesse:

[episódio 1](#)

[episódio 2](#)

[episódio 3](#)

[episódio 4](#)

[episódio 5](#)

[episódio 6](#)

[episódio 7](#)

[episódio 8](#)



Foto: Márcio Nagano, 2026



CAPÍTULO 2

Clima e Biodiversidade



A crise climática e a perda de biodiversidade impõem desafios urgentes aos sistemas alimentares, ao mesmo tempo em que revelam seu enorme potencial como parte da solução. Em 2025, esse debate ganhou muita centralidade, especialmente no contexto da COP30, no Brasil, que mobilizou atores nacionais e internacionais em torno da relação entre alimentação, clima e desenvolvimento sustentável. Iniciativas como o **“Na Mesa da COP30”** evidenciaram o papel estratégico dos sistemas alimentares na agenda climática, reforçando a importância de integrar produção, abastecimento e consumo de alimentos às estratégias de mitigação e adaptação.

Nesse contexto, o Instituto Comida do Amanhã aprofundou sua atuação na interface entre clima, biodiversidade e alimentação por meio de programas como o LUPPA, que apoia a incorporação da agenda climática nas políticas alimentares locais; o Na Mesa da COP30, que promove a valorização da sociobiodiversidade amazônica; o Terra Nutre, que fortalece cadeias da sociobiodiversidade e a governança alimentar; e o Café com Comida, que articula organizações da sociedade civil em torno de agendas comuns e que foi de onde efetivamente nasceram as primeiras ideias para a construção da iniciativa Na Mesa da COP30.

As publicações reunidas neste capítulo refletem esse esforço de demonstrar que políticas alimentares, quando orientadas por princípios de sustentabilidade, diversidade e justiça social, são estratégias fundamentais para reduzir emissões, conservar ecossistemas e fortalecer a resiliência dos territórios frente às mudanças climáticas. Em função de toda a mobilização do Instituto no contexto da COP30, desenvolvemos uma publicação específica para detalhar tudo que colhemos com este processo, chamada e **Colheita COP**, a qual pode ser acessada aqui. Essa versão foi pensada para reunir, sistematizar e compartilhar conteúdos estratégicos relacionados ao evento, funcionando como uma plataforma de referência que poderá ser acessada por meio de link dedicado.

A seguir destacamos alguns dos principais conteúdos relacionados a este tema. Para maiores informações não deixe de acessar nosso **Colheita COP**.



Publicações técnicas e de incidência

Policy Brief: Transformando a monotonia do sistema agroalimentar global: soluções colaborativas para a saúde, as desigualdades e a sustentabilidade

Este conteúdo consiste em um policy brief elaborado em parceria com a Cátedra Josué de Castro e aceito pelo *Think20* no âmbito do G20 África do Sul. A publicação examina criticamente a homogeneização dos sistemas agroalimentares globais e seus impactos sobre a saúde, a biodiversidade e as desigualdades sociais, situando o debate no contexto das discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável.

A partir de uma perspectiva que conecta Sul e Norte Global, o documento apresenta dados atualizados e analisa caminhos, políticas e mudanças comportamentais necessárias para promover uma transformação sistêmica dos sistemas alimentares. Ao valorizar a diversidade produtiva, os sistemas alimentares territoriais e a cooperação entre diferentes atores, o policy brief contribui para o debate global ao propor soluções que equilibram a segurança alimentar e nutricional com metas de sustentabilidade de longo prazo.

[Acesse o policy brief aqui.](#)

Position Paper: Política Alimentar e Crise Climática — Estratégias de Adaptação e Mitigação

Este position paper foi desenvolvido em parceria com o ICLEI América do Sul, a partir da demanda de subsidiar as articulações com os enviados especiais da COP, reunindo evidências e recomendações sobre o papel das políticas alimentares como estratégias centrais de adaptação e mitigação da crise climática. O documento destaca como ações no campo da produção, do abastecimento e do consumo de alimentos podem contribuir para a redução de emissões, o fortalecimento da resiliência dos



territórios e a proteção da biodiversidade.

Disponível em português e inglês, a publicação contribui para qualificar o diálogo internacional ao conectar a agenda alimentar às negociações climáticas, reforçando o papel dos governos locais e das políticas públicas na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

Acesse a versão em português e a versão em inglês.

Posicionamento LUPPA para a COP30

Este documento apresenta o posicionamento das cidades participantes do Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA) para a COP30, destacando o papel dos governos locais e das políticas alimentares urbanas na agenda climática. O material foi desenvolvido a partir dos debates do LUPPA LAB, realizado em Barcarena (PA), que reuniu representantes de 54 cidades brasileiras, contribuindo de forma coletiva para a construção do posicionamento.

A publicação evidencia como a articulação entre municípios pode fortalecer a incidência política e qualificar a inserção dos sistemas alimentares no debate climático, reforçando o papel estratégico das cidades na promoção de soluções integradas para adaptação e mitigação.

Acesse o posicionamento aqui.





Conteúdos de comunicação e multimídia

DIETA DE CAMPEÃO: INICIATIVA QUER COLOCAR OS SISTEMAS ALIMENTARES DA AMAZÔNIA NO CENTRO DO DEBATE (E DA MESA) NA COP

Este conteúdo foi desenvolvido como um artigo para a Central da COP, espaço criado pelo Observatório do Clima para reunir análises, reflexões e contribuições da sociedade civil sobre a agenda climática. De autoria do Instituto Comida do Amanhã e do Instituto Regenera, que no âmbito da iniciativa Na Mesa da COP 30, buscaram posicionar os sistemas alimentares amazônicos como referência no debate climático internacional, especialmente no contexto da COP. O texto destaca o papel da biodiversidade amazônica, dos sistemas alimentares tradicionais e da produção local como soluções concretas para enfrentar a crise climática, promovendo dietas saudáveis, de baixo impacto ambiental e alinhadas à conservação dos territórios.

[Leia o artigo aqui.](#)

ESSES ALIMENTOS MARAVILHOSOS

O artigo também desenvolvido para a Central da COP, é de autoria de Roberta Curan, Gerente de Inteligência do Instituto Comida do Amanhã e de Lucas Sousa, Analista de Inteligência do Instituto Comida do Amanhã, aborda experiências de cidades como Santarém (PA) e Anchieta (SC), que vêm enfrentando os impactos da crise climática por meio do fortalecimento de sistemas alimentares locais e sustentáveis.

O texto evidencia como políticas públicas municipais, circuitos curtos de comercialização e a valorização da produção local podem aumentar a resiliência urbana, reduzir vulnerabilidades e promover segurança alimentar em contextos de emergência climática, reforçando o papel dos governos locais na construção de soluções integradas entre alimentação e clima.

[Acesse o artigo aqui.](#)



O QUE ESTÁ NO SEU PRATO PODE AJUDAR A ENFRENTAR A CRISE CLIMÁTICA

Publicado no Le Monde Diplomatique Brasil, e assinado pela Diretora Francine Xavier, este artigo discute a relação direta entre escolhas alimentares, sistemas de produção e enfrentamento da crise climática. O texto argumenta que dietas baseadas na diversidade, na produção local e em práticas sustentáveis são fundamentais para reduzir emissões e proteger ecossistemas, ao mesmo tempo em que promovem saúde e justiça social. A reflexão reforça a necessidade de políticas públicas que orientem e viabilizem essas transformações.

[Leia o artigo aqui.](#)

POLÍTICA ALIMENTAR COMO ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO DA CRISE CLIMÁTICA

Publicado no Nexa Políticas Públicas, com a autoria do Instituto Comida do Amanhã e do ICLEI América do Sul, este artigo aprofunda os argumentos do position paper Política Alimentar e Crise Climática — Estratégias de Adaptação e Mitigação, dialogando com o debate público brasileiro sobre clima e políticas alimentares. O texto defende que integrar a alimentação às estratégias climáticas nacionais e locais é essencial para enfrentar a crise de forma sistêmica, articulando saúde, justiça social, biodiversidade e sustentabilidade.

[Leia o artigo aqui.](#)

“A CRISE CLIMÁTICA AGRAVA A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL”

Em entrevista concedida à TV 247, Mônica Rocha, cofundadora do Instituto Comida do Amanhã, discute a centralidade dos sistemas alimentares para enfrentar desafios contemporâneos como a fome, as desigualdades e as mudanças climáticas. A conversa destaca o papel das cidades na organização dos sistemas alimentares e a necessidade de integrar a alimentação ao planejamento urbano, evidenciando lacunas históricas na forma como esses temas são abordados nas políticas públicas.



A entrevista também chama atenção para os impactos da crise climática sobre a produção e o abastecimento de alimentos, reforçando a urgência de respostas estruturais e coordenadas. Ao apresentar a atuação do Instituto, o conteúdo evidencia a importância de qualificar o debate público e fortalecer políticas alimentares que garantam o direito humano à alimentação adequada, posicionando os sistemas alimentares como um eixo estratégico para a construção de cidades mais justas e resilientes.

[Acesse a entrevista aqui.](#)

PODCAST "COMIDA QUE SUSTENTA" - EPISÓDIO CARDÁPIO DA COP.

No segundo episódio principal da 5ª temporada do podcast Comida que Sustenta, realizado pelo Sustentarea - Núcleo de pesquisa e extensão da USP, Flavia Brito, coordenadora de advocacy e articulação no Instituto Comida do Amanhã, conta sobre a iniciativa “Na mesa da COP30”, que busca transformar o cardápio do evento no Brasil em um símbolo de compromisso com sistemas alimentares resilientes, inclusivos e saudáveis.

Foi abordado como a alimentação tem sido tratada nas COPs ao longo dos anos; a conexão entre comida, biodiversidade, justiça social e clima; avanços e desafios da iniciativa até agora, e o legado que ela pode deixar para as conferências futuras.

[Acesse o episódio aqui.](#)

PODCAST “ENTRANDO NO CLIMA” – SISTEMAS ALIMENTARES E CRISE CLIMÁTICA

Neste episódio do podcast Entrando no Clima, Francine Teixeira Xavier, cofundadora e diretora do Instituto Comida do Amanhã, apresenta uma reflexão sobre o papel dos sistemas alimentares no contexto da crise climática. A conversa aborda como a produção, distribuição e consumo de alimentos estão diretamente relacionados às mudanças climáticas, tanto como fator de impacto quanto como parte das soluções.



Ao longo do episódio, são discutidas as conexões entre alimentação, cidades e sustentabilidade, destacando a importância de políticas públicas e de uma abordagem sistêmica para promover a transição para modelos alimentares mais resilientes. O conteúdo contribui para ampliar o entendimento do tema junto ao público, reforçando a necessidade de integrar clima e alimentação no debate público e nas estratégias de desenvolvimento.

[Acesse o episódio aqui.](#)

ALIMENTAÇÃO E SUSTENTABILIDADE #59: LÍDERES GLOBAIS NO G20 DISCUTIRAM OS SISTEMAS AGROALIMENTARES E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O episódio #59 do podcast Alimentação e Sustentabilidade, produzido pelo Jornal da USP em parceria com a Rádio USP e a Cátedra Josué de Castro, aborda a centralidade dos sistemas agroalimentares nas discussões do G20, destacando como o tema tem ganhado espaço em agendas globais estratégicas. A partir desse contexto, o conteúdo contribui para ampliar a compreensão sobre os sistemas alimentares como redes complexas que conectam produção, distribuição e consumo de alimentos a desafios globais como mudanças climáticas, uso de recursos naturais e segurança alimentar.

Com a participação de Roberta Curan, gerente de Inteligência do Instituto Comida do Amanhã, o episódio evidencia os impactos do modelo alimentar dominante, baseado em monoculturas, produção em larga escala e uso intensivo de insumos, sobre o clima e o meio ambiente. Ao trazer dados e reflexões sobre as emissões de gases de efeito estufa e o uso de água pelos sistemas agroalimentares, o podcast reforça a urgência de promover transições para sistemas mais sustentáveis, contribuindo para qualificar o debate público e aproximar o tema de diferentes públicos.

[Acesse o episódio aqui.](#)



CAMINHOS PELA COP30

A iniciativa Caminhos pela COP30, realizada em parceria com o Sustentarea - Núcleo de Pesquisa e Extensão da Universidade de São Paulo (USP), com objetivo de desenvolver pesquisas científicas nas áreas de sistemas alimentares, propõe um mapeamento colaborativo de ações, territórios e experiências que conectam democracia, participação social e sistemas alimentares no contexto da COP30. Ao dar visibilidade a iniciativas locais e coletivas, o projeto fortalece a construção de narrativas plurais e evidencia o protagonismo da sociedade civil na agenda climática e alimentar. A ferramenta contribui para ampliar o debate público e reforça a importância de processos participativos na construção de soluções para a crise climática e alimentar.

[Acesse aqui.](#)



Foto: Tiago Mendez, 2023



Foto: O Locavorista, 2025



CAPÍTULO 3

Comer Local



Valorizar o comércio local significa fortalecer as economias regionais, reduzir os impactos ambientais e garantir o acesso a alimentos saudáveis e culturalmente adequados. Em 2025, esse tema ganhou destaque diante do avanço do debate sobre resiliência dos sistemas alimentares frente à crise climática e do fortalecimento de agendas que conectam produção local, abastecimento e políticas públicas. Para o Instituto, o fortalecimento dos sistemas alimentares locais é uma estratégia central para promover a soberania alimentar, apoiar a agricultura familiar e ampliar a resiliência dos territórios frente às crises climáticas, sociais e econômicas.

Essa agenda se materializa especialmente por meio de programas como o Alimenta Cidades, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para o qual atuamos como um dos parceiros implementadores da iniciativa, que visa fortalecer o acesso a alimentos saudáveis e a produção local de alimentos em 84 municípios prioritários do Brasil; o LUPPA, que atua no fortalecimento da governança e do planejamento alimentar em nível municipal, e o PNAE Agroecológico, que conecta a alimentação escolar à produção local e à agroecologia.

Ao incentivar o estabelecimento de cadeias curtas de comercialização, o Instituto contribui para aproximar produtores e consumidores, estimular a diversificação da produção agroecológica e valorizar os saberes e práticas tradicionais associados à alimentação. As iniciativas reunidas neste capítulo evidenciam como políticas públicas locais podem desempenhar um papel decisivo na reorganização dos sistemas alimentares, conectando abastecimento, desenvolvimento territorial e justiça social. Nesse contexto, o comer local se consolida como uma estratégia central, ao promover uma produção mais próxima dos territórios e alinhada às suas especificidades, valorizando tanto as dimensões ambientais quanto culturais que moldam as formas de produzir, distribuir e consumir alimentos.



Publicações técnicas, de incidência e sistematizações

Caderno de Experiências sobre Políticas Alimentares Urbanas

Desenvolvido no âmbito da Estratégia Alimenta Cidades, que é a estratégia do Governo Federal que apoia municípios a planejar e executar ações para garantir o acesso regular a alimentos adequados e saudáveis nas cidades, com foco nos territórios periféricos, este caderno reúne experiências concretas implementadas em diferentes municípios brasileiros, sistematizando aprendizados, desafios e soluções no campo da governança alimentar.

Ao apresentar casos práticos, o material busca inspirar gestores públicos e atores da sociedade civil, oferecendo referências sobre como estruturar e implementar políticas alimentares adaptadas às realidades territoriais, com foco em participação social, intersetorialidade e promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

[Acesse o caderno de experiências aqui.](#)

Cadernos LUPPA – Aprendizados do 4º LAB

Nesta publicação, reunimos os principais aprendizados da 4ª edição do LUPPA, realizada em 2025. Apresentamos um panorama das atividades desenvolvidas ao longo do programa, bem como as principais conquistas do período, além de um compilado de programas, políticas públicas e iniciativas inspiradoras compartilhadas pelas cidades participantes.

Nesta edição, optamos por dar destaque especial à dimensão ambiental e climática, em diálogo com o contexto internacional e local de aprofundamento da crise climática e ecológica. A realização da COP 30 no Brasil também motivou esse enfoque, que se reflete no Cadernos ao



lançarmos a lupa do LUPPA sobre experiências e iniciativas das cidades do laboratório que articulam comida e clima.

[Acesse o documento aqui.](#)

Cadernos LUPPA: Cidades Mentoras

Os Cadernos LUPPA – Cidades Mentoras apresentam as experiências de municípios que atuam como referência no fortalecimento de políticas alimentares urbanas no âmbito do LUPPA. Cidades mentoras são aquelas que já avançaram significativamente em suas políticas para sistemas alimentares, amadurecendo e evoluindo seus planejamentos de segurança alimentar e nutricional. Com isso, elas podem contribuir com sua expertise e experiência acumuladas para as cidades participantes. Essas cidades são parceiras do programa LUPPA e são responsáveis por organizar e fornecer mentorias na segunda fase de cada ciclo do LUPPA, quando um grupo de cidades é selecionado para trabalhar com cada cidade mentora. Desde a 1ª edição do laboratório, foi criada esta metodologia de acompanhamento, tendo sido convidadas três cidades mentoras como parceiras, que foram Belo Horizonte, Curitiba e Recife. Na 2ª edição, Curitiba e Recife renovaram sua parceria como cidades mentoras, e a elas se somaram Osasco, Salvador e São Paulo. Na 3ª edição, com o retorno da parceria de Belo Horizonte e a renovação das prefeituras de Curitiba, Osasco, Recife e São Paulo, consolidou-se um trabalho de mentoria que se mantém até a edição atual do LUPPA, tendo estas cinco cidades como mentoras. A partir da 5ª edição, Barcarena passa a integrar o grupo de mentoras.

A publicação destaca os arranjos institucionais, os instrumentos de governança e as estratégias adotadas por essas cidades para apoiar outras gestões municipais, promovendo o aprendizado horizontal e a cooperação entre territórios.

[Acesse o documento aqui.](#)



Foto: Tiago Mendez, 2023



CAPÍTULO 4

Democracia Alimentar



O Instituto atua na promoção do direito humano à alimentação adequada, na defesa de políticas públicas inclusivas e no fortalecimento da participação social nos processos decisórios sobre alimentação e nutrição. Em 2025, esse tema ganhou ainda mais relevância diante do contexto de reconstrução de políticas públicas no Brasil, como o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e da intensificação de espaços de participação e incidência, tanto no cenário nacional quanto internacional, incluindo agendas como o G20 e a preparação para a COP30. Nesse contexto, a promoção da democracia alimentar se consolidou como eixo central para enfrentar, de forma integrada, os desafios da fome, das desigualdades sociais e da crise climática.

Essa atuação se materializa por meio de programas como o Poliniza BUZZ, que amplia o debate sobre alimentação a partir da educação e da cultura, promovendo novas narrativas sobre sistemas alimentares. As publicações reunidas neste capítulo refletem o compromisso do Instituto com a articulação da sociedade civil, a incidência política e a construção de caminhos coletivos para sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e democráticos, garantindo que diferentes vozes, especialmente aquelas historicamente marginalizadas, participem da formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas.



Foto: Márcio Nagano, 2026



Conteúdos de comunicação e multimídia

LIVRO DIGITAL “BOLO AZUL DA VOVÓ”

Este livro digital foi desenvolvido com base na metodologia do Poliniza BUZZ, laboratório imersivo idealizado pelo Instituto Comida do Amanhã, no qual são criados livros infantis colaborativamente para crianças de 6 a 7 anos sobre sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Tradicionalmente realizado em formato de maratona, o processo foi adaptado para esta edição e desenvolvido entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, no contexto das disciplinas de Programação Visual e Projeto de Produto 3 do Departamento de Design da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com estudantes e docentes.

Inspirado na história pessoal de Letícia Neves e na perda da biodiversidade, o livro foi criado por Letícia Neves, Thaís Santos, Rafaela Menezes e Bruna Ferreira. A publicação reúne narrativas, imagens e elementos da cultura alimentar que conectam alimentação, afeto e território, valorizando saberes tradicionais e a sociobiodiversidade brasileira. O projeto foi idealizado pelo Instituto Comida do Amanhã com apoio da Fundação Heinrich Böll, do Instituto Clima e Sociedade (ICS) e do WWF Brasil.

[Acesse o livro completo aqui.](#)



Foto: Calvin Schmit, 2026



CAPÍTULO 5

Governança



A governança dos sistemas alimentares é um elemento central para a construção de políticas públicas capazes de garantir o direito humano à alimentação e nutrição adequada, enfrentar as desigualdades sociais e responder aos desafios climáticos contemporâneos. Mais do que a existência de programas e ações isoladas, transformar os sistemas alimentares exige arranjos institucionais sólidos, articulação entre diferentes níveis de governo, participação social efetiva e integração entre políticas setoriais.

Ao longo de 2025, o Instituto aprofundou sua atuação e reflexão sobre governança alimentar em múltiplas escalas, reunindo análises críticas, sistematizações de experiências e conteúdos de incidência política. Esse trabalho foi impulsionado por programas como o Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA), a Estratégia Alimentar Cidades, o Café com o Comida e a incidência em espaços de Advocacy, que estruturam nossa atuação no fortalecimento de políticas públicas alimentares e na promoção do debate multissetorial.

Os materiais apresentados neste capítulo refletem o intuito de fomentar o debate sobre estruturas de governança alimentar, produzir conhecimento e incidir para fortalecer mecanismos participativos e a implementação de marcos regulatórios que favorecem sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

Publicações técnicas, de incidência e sistematizações

Entre críticas e sucessos, a Cúpula de Sistemas Alimentares veio para ficar

Publicado no Nexa Políticas Públicas, este artigo de autoria da nossa diretora Juliana Tângari, analisa a trajetória das Cúpulas de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, discutindo tanto as críticas recebidas quanto os avanços institucionais promovidos por esses espaços. O texto argumenta que, apesar das controvérsias, as cúpulas contribuíram para consolidar os sistemas alimentares como tema central da governança



global, abrindo oportunidades para maior articulação entre países, governos locais e sociedade civil. A reflexão reforça a necessidade de aprimorar esses processos, garantindo maior participação, transparência e compromisso com abordagens baseadas em direitos.

[Leia o artigo aqui.](#)

Lab on Urban Food Policies drives food systems planning in Brazilian cities

Publicado na *Urban Agriculture Magazine* nº 41, este artigo apresenta a experiência do Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA) como um exemplo de como iniciativas de governança local podem impulsionar o planejamento de sistemas alimentares em cidades brasileiras. O texto, de autoria de Roberta Curan, Gerente de Inteligência, e Juliana Tângari, Diretora, sistematiza os aprendizados do Instituto na atuação junto a municípios.

A publicação destaca o papel do LUPPA no fortalecimento de capacidades institucionais, na promoção da cooperação entre cidades e na construção de políticas alimentares integradas, evidenciando como experiências locais podem orientar estratégias mais amplas de planejamento alimentar. Ao compartilhar essa trajetória, o artigo reforça a importância dos governos locais como atores-chave na transformação dos sistemas alimentares.

[Acesse o artigo aqui.](#)



Perspectivas críticas sobre governança e sistemas de proteção social: lições feministas dos sistemas alimentares urbanos do Brasil

Este resumo de opinião, elaborado pelo Instituto Comida do Amanhã em parceria com a *Global Alliance for the Future of Food*, a convite da TMG Think for Sustainability, apresenta uma análise crítica da governança dos sistemas alimentares urbanos a partir de uma perspectiva feminista. O material reflete sobre as políticas alimentares no Brasil a partir de um recorte de gênero, buscando contribuir para o debate sobre políticas públicas sensíveis ao gênero e construídas com base em abordagens feministas.

O texto explora as interseções entre políticas alimentares e sistemas de proteção social, problematizando como, mesmo quando sensíveis às desigualdades de gênero, muitas políticas ainda reproduzem a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, característica de estruturas patriarcais. A partir dessa reflexão, a publicação propõe caminhos para uma governança alimentar mais inclusiva, que reconheça o papel central das mulheres e valorize abordagens baseadas em justiça social e equidade.

[Acesse o documento aqui.](#)

Conteúdos de comunicação e multimídia

G20 E OS SISTEMAS ALIMENTARES

Em 2024, diante do início dos trabalhos do G20 sob presidência brasileira, desenvolvemos uma landing page, em parceria com a Cátedra Josué de Castro, com o objetivo de explicar o funcionamento deste espaço de governança e mapear como os sistemas alimentares estavam sendo incorporados às diferentes trilhas, grupos de engajamento e espaços de negociação.

Em 2025, o conteúdo foi atualizado para refletir os desdobramentos dessas agendas, incorporando a atuação do Instituto nos principais espaços de incidência, como o *Civil 20* (C20), a Cúpula Social e o *Urban20*



(U20). A atualização buscou não apenas sistematizar os avanços do debate, mas também evidenciar o papel da sociedade civil na construção de recomendações e na articulação de agendas relacionadas à fome, à pobreza e aos sistemas alimentares sustentáveis.

[Acesse a landing page aqui.](#)



Foto: Calvin Schmit, 2026



CAPÍTULO 6

**O que estamos semeando
para 2026**



Para 2026, o Instituto projeta consolidar e ampliar iniciativas que conectam produção, abastecimento, políticas públicas e justiça alimentar, fortalecendo sua atuação em múltiplas escalas. Um dos principais destaques será o avanço do programa PNAE Agroecológico em sua implementação prática, acompanhado do desenvolvimento de ferramentas voltadas à transição agroecológica, como um modelo de protocolo de transição e propostas de atos normativos municipais que viabilizem a ampliação da compra direta da agricultura familiar com recursos próprios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nesse contexto, também ganham destaque o início da atuação no projeto Terra Nutre – Amazônia nas Escolas, que busca fortalecer o PNAE no Mato Grosso por meio da ampliação da oferta de alimentos da sociobiodiversidade e do apoio à governança do programa. No LUPPA, seguimos fortalecendo a troca de experiências entre os municípios e, avançando com o desenvolvimento de análises e indicadores voltados à qualificação das políticas alimentares municipais. Já a implementação da Estratégia Alimenta Cidades encerra as atividades previstas para seu primeiro ciclo e inicia uma nova etapa de apoio às cidades.

Ao mesmo tempo, o Instituto seguirá aprofundando sua contribuição em agendas estratégicas de pesquisa e incidência, atuando como parceiro do INCT “Superar a tríplice monotonia do sistema agroalimentar”, que tem como objetivo estudar os impasses causados pelas tecnologias, os padrões produtivos e alimentares que contribuíram para reduzir a fome no mundo, desde o início dos anos 1960 e que hoje se encontram numa situação de crise que exige a redefinição do conceito de segurança alimentar.

Também daremos continuidade à participação em espaços internacionais de advocacy, fortalecendo parcerias e ampliando sua incidência no debate global sobre sistemas alimentares. O Instituto seguirá contribuindo ativamente com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, da qual é membro fundador desde seu lançamento no âmbito do G20, em 2024, através do Pilar de Conhecimento, apoiando a produção e o compartilhamento de evidências, a articulação entre organizações e o fortalecimento de políticas públicas baseadas em dados. Passamos a integrar o Board of Champions da Aliança, atuando para facilitar o intercâmbio de informações entre organizações da



sociedade civil, fortalecer a coordenação do apoio técnico à implementação de políticas em nível nacional, contribuir para a definição de políticas baseadas em evidências e apoiar processos de tomada de decisão relacionados ao financiamento e à implementação de estratégias de combate à fome e à pobreza.

Ao longo de 2026, o foco estará em consolidar aprendizados, fortalecer parcerias estratégicas e ampliar o impacto das ações desenvolvidas, contribuindo para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e resilientes.



Foto: Brenda Alcantara, 2026



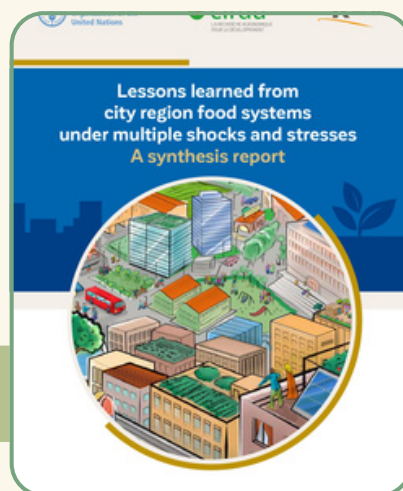
Foto: Brenda Alcantara, 2026

CURADORIA NEWSLETTER



Comida e Cidades

Janeiro



O relatório **"Lessons Learned from City Region Food Systems Under Multiple Shocks and Stresses"**, publicado em 2024 pela FAO, CIRAD e RUAF, investiga os impactos de múltiplas crises, como a pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia e eventos climáticos extremos nos sistemas alimentares urbanos regionais. O estudo tem como objetivo identificar lições aprendidas, ações coletivas e políticas públicas que possam aumentar a resiliência desses sistemas, garantindo maior segurança alimentar e sustentabilidade.

O relatório está organizado em cinco seções principais. A introdução apresenta o conceito de Sistemas Alimentares Urbanos Regionais (em inglês City Region Food System- CRFS), o qual aplica os princípios da abordagem dos sistemas alimentares a uma área geográfica específica centrada em uma cidade. Esse sistema abrange as pessoas, processos e relações envolvidas na produção, processamento e manufatura de alimentos, distribuição, mercados, consumo, bem como nas perdas e desperdícios alimentares e o papel da resiliência na mitigação de crises e estresses. A metodologia do relatório combina revisão bibliográfica, pesquisa global e estudos de caso detalhados em 11 cidades, como Quito, Chengdu e Melbourne. Os resultados destacam os impactos de crises nos sistemas alimentares e as respostas coletivas e políticas implementadas. Nas perspectivas futuras, são propostas ações para fortalecer a resiliência dos CRFS, como diversificação da produção local e melhoria da governança. Por fim, o documento aborda desafios e limitações, como lacunas metodológicas e dificuldades na adaptação de políticas públicas. Exemplos concretos incluem mercados solidários em Tunis e bancos de alimentos em Quito, que apoiaram populações vulneráveis.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)



Fevereiro

Ao longo de quatro anos, o projeto Food Trails conectou 11 cidades europeias na construção de políticas alimentares urbanas sustentáveis e inovadoras.



Baseado no compromisso coletivo do Milan Urban Food Policy Pact (MUFPP), o projeto buscou traduzir a governança alimentar em ações concretas, promovendo estratégias locais e Living Labs que testaram soluções inovadoras. Os resultados demonstram que, por meio do engajamento multissetorial e da co-criação com stakeholders, as cidades podem impulsionar mudanças sistêmicas na forma como produzem, distribuem e consomem alimentos, alinhando-se aos princípios da estratégia Food 2030 da UE.

O relatório final do Food Trails detalha os impactos alcançados, incluindo a adoção de políticas alimentares em cidades como Birmingham, Thessaloniki e Tirana, além da criação de ferramentas como o QuickScan Lens for Replication, que facilita a adaptação de políticas por outras cidades. Além disso, os Investors Living Labs exploraram modelos de financiamento para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, enquanto programas de capacitação ajudaram municípios a estruturarem compras públicas mais alinhadas com metas climáticas e nutricionais. Entre os desafios, o documento aponta a necessidade de maior integração entre diferentes níveis de governança para garantir que inovações locais tenham impacto duradouro.

Os aprendizados do Food Trails reforçam a urgência de políticas alimentares que promovam dietas saudáveis, cadeias produtivas curtas e modelos circulares de consumo. Como legado, o projeto construiu uma base sólida para a replicação de suas iniciativas em outras cidades europeias e além. Para saber mais sobre as recomendações e acessar estudos de caso detalhados.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)



Março

A alimentação escolar desempenha um papel essencial na nutrição infantil, segurança alimentar e desenvolvimento educacional. A terceira edição da pesquisa School Meal Programs Around the World da Global Child Nutrition

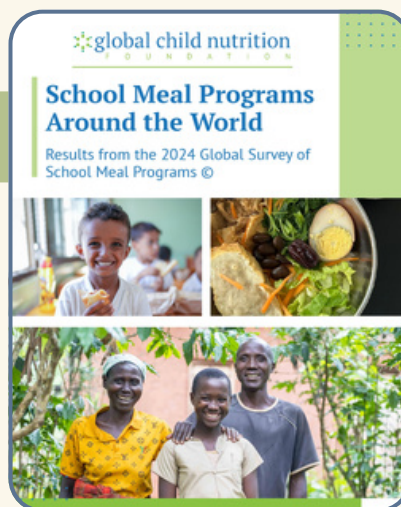
Foundation, foi lançada e apresenta um panorama detalhado dos programas de alimentação escolar em 142 países, destacando avanços, desafios e tendências emergentes.

A publicação evidencia a importância desses programas na transformação dos sistemas alimentares, no fortalecimento da agricultura local e na mitigação de desigualdades sociais, contribuindo diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente na erradicação da fome e na melhoria da educação.

O relatório aborda discussões sobre a cobertura global dos programas, fontes de financiamento, impacto nutricional e sustentabilidade ambiental. Os destaques são a análise da crescente incorporação de alimentos locais e sustentáveis nos cardápios escolares, redução de desperdícios e fortalecimento da economia regional. Além disso, o documento examina como os programas têm se adaptado às crises, como a inflação alimentar e as mudanças climáticas, garantindo a continuidade da oferta de refeições para milhões de crianças em situação de vulnerabilidade.

Entre as recomendações estabelecidas, o relatório enfatiza a necessidade de ampliar o financiamento governamental para garantir a qualidade e a abrangência dos programas de alimentação escolar. Além disso, sugere políticas que incentivem a conexão entre escolas e pequenos produtores, promovendo cadeias curtas de comercialização.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)





Abril

The CityFood Market Handbook for Healthy and Resilient Cities é um guia prático publicado em 2025 pelo ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, com apoio financeiro do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha



(BMZ), GIZ, GAIN e World Farmers Markets Coalition. O relatório integra o projeto “Fortalecimento de mercados locais de alimentos frescos para ambientes alimentares mais saudáveis dentro dos limites planetários”.

Em um contexto de urbanização acelerada, insegurança alimentar crescente e impactos das mudanças climáticas, os mercados de alimentos emergem como pontos estratégicos para a transformação dos sistemas alimentares urbanos. O relatório oferece um panorama sobre como cidades ao redor do mundo estão revalorizando mercados locais como ferramentas para garantir acesso a alimentos saudáveis, fortalecer meios de vida e promover ambientes alimentares resilientes. A publicação articula suas diretrizes com metas globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (especialmente os ODS 2, 11 e 12), buscando apoiar governos locais a estruturarem políticas públicas integradas para a segurança alimentar urbana.

O manual está organizado em quatro pilares centrais: políticas e governança; infraestrutura de mercados; financiamento e incentivos; e capacitação e conscientização. Através de 16 estudos de caso internacionais — incluindo Recife e Curitiba, no Brasil —, o documento apresenta estratégias adaptáveis para cidades de diferentes tamanhos e contextos. Um dos destaques é o “CityFood Market Action Framework”, uma estrutura de ação que orienta o planejamento e a execução de intervenções em mercados urbanos, considerando desde a inclusão social até soluções inovadoras como mercados móveis, plataformas



digitais e integração com agricultura urbana. Ao final, recomendações práticas são acompanhadas de exemplos inspiradores que demonstram o potencial dos mercados como agentes de transformação justa e sustentável.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Maio

Publicado em 2025, o relatório The CityFood Market Handbook for Healthy and Resilient Cities foi desenvolvido pelo ICLEI – Local Governments for Sustainability, em parceria com a GAIN (Global Alliance for Improved Nutrition), a World Farmers Markets Coalition e apoio técnico e financeiro da GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) e do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). A publicação é fruto do projeto “Fortalecimento de mercados locais de alimentos frescos para ambientes alimentares saudáveis dentro dos limites planetários” e se propõe a orientar governos locais na transformação de mercados alimentares urbanos em espaços de saúde, inclusão e sustentabilidade. Ao integrar as agendas de segurança alimentar, justiça social e ação climática, o relatório contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 2 (Fome Zero), 11 (Cidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis).



O guia está estruturado em torno do “CityFood Market Action Framework”, composto por quatro pilares: (1) Políticas e Governança, (2) Infraestrutura de Mercado, (3) Financiamento e Incentivos, e (4) Capacitação e Sensibilização. Cada um desses eixos é ilustrado com estratégias práticas e lições aprendidas de 16 cidades ao redor do mundo, como Curitiba, Recife, Baltimore, Lilongwe e Lusaka. O manual também apresenta uma metodologia detalhada de avaliação participativa de mercados locais, a partir das experiências em Zâmbia e



Malawi, e destaca ferramentas como o índice intitulado “Market Investment Readiness Index”, que auxilia governos a identificar prioridades e planejar intervenções eficazes. Propõe uma análise multidimensional que inclui desde infraestrutura física e governança até mecanismos digitais de gestão e inovação para reduzir perdas e desperdícios.

Mais do que um repositório de boas práticas, o CityFood Market Handbook é um chamado à ação. Reforça que os mercados de alimentos não são apenas pontos de compra e venda, mas verdadeiros ecossistemas urbanos que conectam produtores, consumidores, gestores públicos e políticas alimentares.

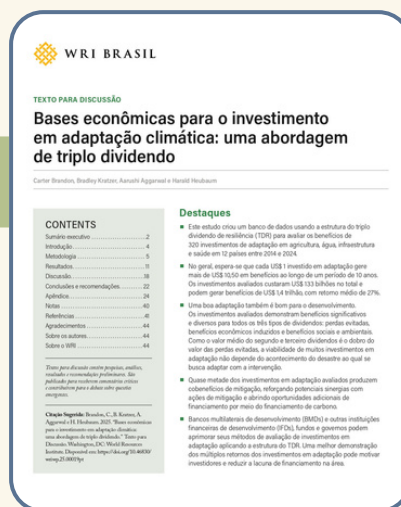
Os exemplos apresentados revelam que a transformação dos mercados é viável quando há planejamento integrado, participação social e investimento estratégico. Com orientações claras para governos locais, o relatório oferece um roteiro inspirador para transformar os mercados em motores da resiliência alimentar urbana.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Junho

Publicado em junho de 2025 pelo World Resources Institute (WRI), o relatório “Strengthening the Investment Case for Climate Adaptation: A Triple Dividend Approach” apresenta uma análise

robusta sobre como os investimentos em adaptação climática podem gerar retornos significativos, não apenas financeiros, mas também sociais e ambientais. A publicação avalia 320 projetos de adaptação em 12 países, incluindo o Brasil, nos setores de agricultura, saúde, infraestrutura e recursos hídricos. A partir da criação do banco de dados AdapTDR, o estudo demonstra que cada dólar investido em adaptação climática pode render mais de 10 dólares em benefícios ao longo de uma década, fortalecendo o argumento de que adaptação também é desenvolvimento.





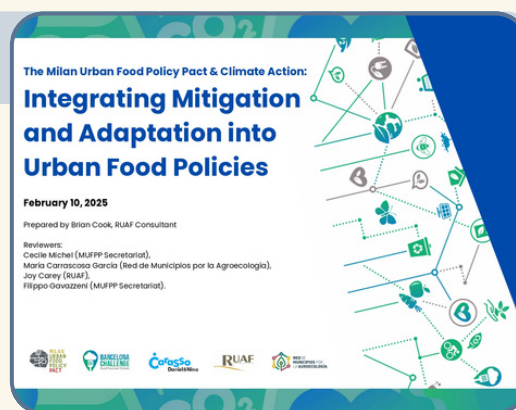
O relatório estrutura sua análise em torno do conceito de "três dividendos da resiliência": 1) perdas evitadas, como mortes ou danos causados por eventos extremos; 2) benefícios econômicos induzidos, como produtividade e renda; e 3) ganhos sociais e ambientais, como melhorias em saúde e conservação de recursos. Esses dividendos foram mensurados a partir de análises de custo-benefício padronizadas. Em cidades como Fortaleza (Brasil) e Durban (África do Sul), os investimentos urbanos em infraestrutura resiliente geraram não apenas redução de riscos climáticos, mas também valorização imobiliária, melhoria da qualidade da água e inclusão social, como mostra o caso do projeto de desenvolvimento urbano sustentável em Fortaleza, com taxa interna de retorno de 32% e forte foco em mulheres e comunidades vulneráveis.

O relatório reforça que as iniciativas de adaptação devem ser vistas como motores de desenvolvimento resiliente e sustentável, com sinergias claras com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial os ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (ação contra a mudança global do clima). As recomendações incluem a padronização das metodologias de avaliação de projetos, incentivo ao financiamento privado por meio de instrumentos como títulos de resiliência e reconhecimento dos benefícios climáticos cruzados entre mitigação e adaptação. Em um contexto urbano, isso significa que investir em cidades resilientes, com infraestrutura verde, transporte limpo e saneamento adequado, é não apenas urgente, mas economicamente sensato.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Julho

O Relatório intitulado *Integrating Mitigation and Adaptation into Urban Food Policies: The Milan Urban Food Policy Pact & Climate Action*, publicado em 10 de fevereiro de 2025, foi elaborado por Brian Cook





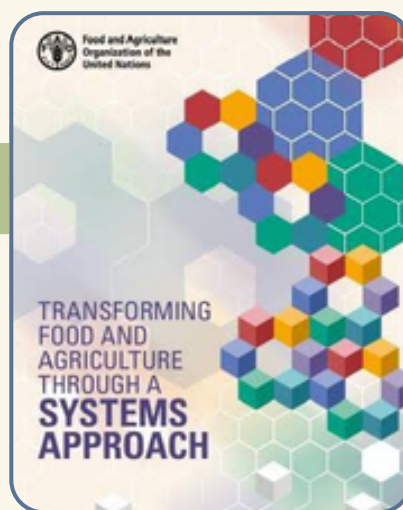
(consultor da RUAF) com contribuições da Rede de Municípios por la Agroecologia (RMAe), do C40 e do Secretariado do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão (MUFPP). A publicação propõe atualizar o Marco de Ações e Indicadores do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão , incorporando de forma integrada estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas às políticas alimentares urbanas.

O documento parte do reconhecimento de que os sistemas alimentares urbanos têm papel central nas emissões de gases de efeito estufa e na vulnerabilidade das cidades diante de eventos climáticos extremos. Oferece recomendações tais como adotar marcos como a “Dieta da Saúde Planetária” nas políticas de compras públicas, apoiar a criação de parques agrícolas multifuncionais periurbanos e criar grupos de trabalho específicos para promover a transição agroecológica e a resiliência dos sistemas alimentares, para alinhar as ações do MUFPP às metas climáticas, baseando-se em experiências como o Desafio de Barcelona por uma Boa Alimentação e Clima e outras estruturas globais de sustentabilidade. As propostas reforçam a relevância do tema frente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 2, 11, 12 e 13, em busca da promoção de sistemas alimentares resilientes, inclusivos e sustentáveis. Dividido em seções temáticas como governança, produção de alimentos, nutrição, equidade e resíduos alimentares, o relatório traz ações adaptadas e novos indicadores, orientando políticas públicas locais a partir de abordagens integradas e contextualizadas. Com isso, o relatório serve como ferramenta prática e flexível para cidades signatárias do MUFPP interessadas em acelerar a transição para sistemas alimentares justos e climaticamente responsáveis.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Agosto

Transforming food and agriculture through a systems approach é o título do mais recente relatório publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em 2025,





em Roma. O documento contou com a contribuição de diversos especialistas e instituições parceiras e cita o LUPPA – Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares – como uma das experiências de referência em políticas alimentares urbanas com abordagem integrada, reforçando a relevância da iniciativa brasileira no debate internacional sobre sistemas alimentares.

O relatório parte do reconhecimento de que os desafios atuais da segurança alimentar e nutricional, das mudanças climáticas, da degradação ambiental e das desigualdades sociais não podem mais ser enfrentados por estratégias fragmentadas. Em vez disso, propõe uma mudança estrutural baseada em seis elementos centrais: pensamento sistêmico, produção de conhecimento, governança integrada, práticas interconectadas, investimentos de longo prazo e aprendizado contínuo. Esses eixos orientam a construção de sistemas agroalimentares mais resilientes, inclusivos e sustentáveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente aqueles ligados à erradicação da fome, promoção da saúde, ação climática e redução das desigualdades.

A publicação oferece não apenas uma estrutura conceitual, mas também exemplos práticos de como países e cidades têm implementado essa abordagem em políticas públicas, programas de alimentação escolar, estratégias de agricultura sustentável e coalizões sociais. As recomendações enfatizam a necessidade de repensar relações entre produção e consumo, integrar políticas intersetoriais e valorizar o conhecimento local, apontando caminhos para que governos, sociedade civil e setor privado construam sistemas alimentares que garantam melhor nutrição, menor impacto ambiental e maior justiça social, contribuindo para um futuro mais sustentável para todos.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Setembro

O relatório *Building Resilient Food Systems*, lançado em 2025 pelo High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE-FSN),





reúne análises científicas e recomendações políticas para fortalecer a resiliência dos sistemas alimentares diante de choques e estresses crescentes, como mudanças climáticas, pandemias, conflitos e crises econômicas. A publicação surge em um contexto de aumento da insegurança alimentar global e de fragilidades estruturais nos sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Ao propor o conceito de resiliência transformadora equitativa, o documento conecta o tema diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 2 (fome zero), o ODS 13 (ação climática) e o ODS 15 (vida terrestre).

Organizado em cinco capítulos, o relatório aborda inicialmente a natureza e os impactos dos choques e estresses que afetam os sistemas alimentares, destacando a vulnerabilidade diferenciada de populações, territórios e ecossistemas. Em seguida, discute a evolução do conceito de resiliência, indo além da ideia de “voltar ao estado anterior” e propondo um “avançar transformador” que enfrente desigualdades estruturais e promova justiça social e ambiental. O documento também apresenta caminhos estratégicos para a resiliência, como governança multiescalar e coerência de políticas, preparação para emergências e planejamento prospectivo, diversificação dos sistemas produtivos e de consumo, valorização do conhecimento local e fortalecimento da inovação inclusiva.

As recomendações finais do relatório destacam a necessidade de políticas que integrem direitos humanos, equidade e sustentabilidade socioecológica, promovendo transformações de longo prazo em vez de respostas pontuais a crises. O relatório ressalta exemplos práticos já em andamento, como programas de alimentação escolar, redes de mercados territoriais e experiências agroecológicas que demonstram a viabilidade de sistemas mais resilientes e justos. Ao posicionar a resiliência como eixo central da segurança alimentar e nutricional, o documento se conecta a debates globais como o UN Food Systems Summit e orienta governos, sociedade civil e instituições internacionais para ações coordenadas que assegurem o direito humano à alimentação e a proteção do planeta.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)



Comida e Clima

Janeiro

O "ComunicAÇÃO CLIMÁTICA: Guia de Bolso" é uma ferramenta prática lançada em 19 de dezembro de 2024, destinada a apoiar jornalistas, influenciadores e comunicadores na abordagem de temas climáticos no Brasil. Desenvolvido pelo Programa de



Organizado em um formato compacto e acessível em dispositivos móveis, o guia reúne informações fundamentais sobre o Plano Clima, a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil e as negociações internacionais nas Conferências do Clima da ONU (COPs), com foco inicial na COP29, realizada em Baku, Azerbaijão. Dividido em dez seções, o material aborda os impactos das mudanças climáticas em áreas como saúde, segurança alimentar e economia, adapta narrativas ao contexto brasileiro, e explica termos técnicos como "Mudança do Clima" e "Ação Climática", tornando-os mais compreensíveis para o público.

O guia está alinhado ao Acordo de Paris e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conectando-se a iniciativas como o Plano Clima 2024-2035. Ele oferece recomendações práticas para os comunicadores, destacando a importância de usar dados confiáveis e de promover soluções, como economia de baixo carbono e medidas de adaptação bem sucedidas.

Acesse o guia completo [aqui](#).



Fevereiro

O relatório *Public Climate Finance for Food Systems Transformation*, publicado em novembro de 2024 pela Global Alliance for the Future of Food, analisa os fluxos de financiamento climático público voltados para sistemas alimentares.



O estudo foi encomendado ao Climate Focus e destaca lacunas e oportunidades na destinação de recursos para práticas sustentáveis e resilientes no setor alimentar. O documento enfatiza a necessidade de aumentar significativamente os investimentos em agroecologia, segurança alimentar e mitigação das mudanças climáticas.

De acordo com o relatório, atualmente, apenas 2,5% do financiamento climático público é direcionado para sistemas alimentares, sendo que apenas 1,5% desses montantes apoiam práticas sustentáveis. O documento está dividido em três pontos principais: o primeiro analisa os fluxos atuais de financiamento; o segundo detalha como os recursos são alocados; o terceiro propõe estratégias para melhorar o financiamento, incluindo mecanismos de financiamento misto, reformulação de subsídios agrícolas e maior inclusão de pequenos agricultores e comunidades vulneráveis. O estudo destaca que a transformação dos sistemas alimentares é essencial para cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas do Acordo de Paris.

Entre as principais recomendações, o relatório sugere que os governos reformulem os subsídios agrícolas para apoiar práticas sustentáveis e que sejam criados novos mecanismos financeiros para facilitar o acesso a pequenos produtores. Reforça também a necessidade de cooperação entre financiadores públicos e privados para ampliar investimentos em segurança alimentar e resiliência climática. O desafio central é reverter a tendência atual e garantir que os sistemas alimentares sejam vistos como parte fundamental das soluções climáticas globais.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)



Março

O relatório Agricultura Familiar e os Sistemas Alimentares: Remoção de Carbono e Transição Justa, publicado em 2025 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelo Observatório do



Clima, discute o papel estratégico da agricultura familiar na mitigação das mudanças climáticas. A obra enfatiza como práticas agroecológicas, sistemas agroflorestais e o manejo sustentável das pastagens podem contribuir para a captura de carbono e a resiliência dos sistemas alimentares. Diante da vulnerabilidade climática crescente e do baixo financiamento para adaptação, o relatório propõe soluções para fortalecer políticas públicas e ampliar o suporte aos pequenos produtores.

A publicação está estruturada em capítulos que abordam desde o cenário climático global e brasileiro até caminhos concretos para fortalecer a agricultura familiar como aliada no enfrentamento das mudanças climáticas. São analisados os desafios impostos pela crise ambiental, destacando que, embora os agricultores familiares tenham baixas emissões, são os mais afetados por eventos extremos. O relatório também evidencia as limitações do Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) e a necessidade de assistência técnica, infraestrutura e crédito para viabilizar a transição para modelos produtivos mais sustentáveis.

Entre as recomendações, destaca-se a urgência de políticas públicas robustas que garantam apoio técnico e incentivos financeiros aos agricultores familiares, permitindo a ampliação de práticas regenerativas. Além disso, a pesquisa científica aparece como peça-chave para mensurar os impactos e os benefícios dessas estratégias, fornecendo base para políticas eficazes. O relatório reforça que, com investimentos adequados, a agricultura familiar pode desempenhar um



papel central na transição justa, contribuindo para sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Abril

Gases de efeito estufa em cadeias alimentares curtas, médias e longas: uma análise comparativa do food miles de uma cesta de alimentos para o Brasil a partir dos dados do PROHORT/Ceasas é uma publicação científica lançada em

2024. O relatório é fruto do projeto INTERFACES, coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRGS), com apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS), da Faculdade de Ciências Econômicas e do Centro Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (CISADE). A pesquisa analisa, sob a ótica do ciclo de vida, as emissões de CO₂ associadas ao transporte (food miles) de cinco alimentos - quais alimentos - em diferentes tipos de cadeias de abastecimento no Brasil.



Diante dos desafios globais das mudanças climáticas e da busca por sistemas alimentares mais sustentáveis, o estudo parte da premissa de que o transporte de alimentos é um elo crítico na geração de gases de efeito estufa. O relatório investiga cadeias curtas, médias e longas de abastecimento a partir de dados do PROHORT/Ceasas, com foco na CEAGESP-SP como principal entreposto. A análise mostra que cadeias curtas – caracterizadas pela proximidade espacial e social entre produtores e consumidores – emitem significativamente menos CO₂ que as médias e longas, contrariando parte da literatura internacional, já que embora as cadeias curtas sejam muitas vezes associadas à sustentabilidade, parte da literatura internacional mostra que, em vários contextos, elas podem emitir igual ou até mais CO₂ do que cadeias longas, principalmente devido ao deslocamento individual dos consumidores e à ineficiência logística. A agenda proposta está em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,



especialmente os ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e ODS 13 (ação contra a mudança global do clima).

Dividido em oito seções principais, o relatório inicia com uma revisão sobre cadeias curtas e mudanças climáticas, seguida por uma sistematização dos métodos de contabilização de GEE (com destaque para a Avaliação do Ciclo de Vida), e detalha a metodologia da pesquisa com base em entrevistas e dados de comercialização dos alimentos da CEAGESP, CEASA-RJ e CEASA-Belém. As análises comparativas revelam que a cadeia curta emite, em média, 93,09 g de CO₂ por tonelada de alimento, enquanto a média chega a 391,84 g e a longa a 1.434,98 g. O estudo oferece recomendações como a descentralização do sistema Ceasas, incentivo à produção e consumo local, e aprimoramento da logística alimentar para reduzir as emissões. O relatório propõe novas estratégias de políticas públicas voltadas à transição energética e à sustentabilidade nos sistemas alimentares brasileiros.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Maio

O relatório *Principles for an Inclusive and Sustainable Global Economy: A Discussion Paper for the G20*, publicado em abril de 2025 pela professora Mariana Mazzucato, assessora técnica da Presidência do G20 da África do



Sul, propõe uma profunda reestruturação da governança econômica global. No contexto do primeiro G20 realizado no continente africano, e diante de múltiplas crises climática, geopolítica, desigualdades sociais e fragmentação institucional, o documento convoca os países a uma ação coordenada e ambiciosa, articulando propostas ao redor dos temas de solidariedade, igualdade e sustentabilidade. O relatório está fortemente alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e integra os debates centrais do ano, como a COP 30 na Amazônia e a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Sevilha.



Dividido em quatro princípios interdependentes, o relatório propõe: (I) moldar a economia colocando os objetivos climáticos e de desenvolvimento no centro das políticas industriais, onde trata também da segurança alimentar e nutricional; (II) alinhar a política macroeconômica com o propósito público, por meio de reformas fiscais e do fortalecimento dos bancos públicos de desenvolvimento; (III) reconstruir Estados capazes, ágeis e estratégicos, que liderem processos de inovação e parcerias público-privadas com repartição de riscos e benefícios; e (IV) colaborar para a equidade global, estabelecendo coalizões inclusivas e um novo mecanismo internacional para coordenar políticas industriais e financiamento de longo prazo. Cada princípio é detalhado com recomendações concretas que combinam instrumentos econômicos, financeiros, legais e institucionais.

A proposta apresentada rejeita reformas graduais e pontuais e defende uma mudança estrutural, com ênfase em modelos de desenvolvimento que fortaleçam capacidades nacionais, combatam desigualdades históricas e reorientem o financiamento global para fins públicos. O relatório cita iniciativas que propõem uma convergência entre agendas climática, tributária, produtiva e social, tais como a Bridgetown Initiative, o BEPS (Base Erosion and Profit Shifting) e as Parcerias para Transições Energéticas Justas. Com base nessa visão, a Cúpula do G20 em Joanesburgo poderá marcar um ponto de inflexão, estabelecendo novos parâmetros para um multilateralismo funcional e comprometido com a justiça global.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Junho

O policy brief “COP30 no Brasil: Por uma transição justa e sustentável do sistema agroalimentar”, publicado em maio de 2025 pela Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Faculdade de Saúde Pública da





USP, analisa de forma crítica e propositiva o papel do sistema agroalimentar diante da crise climática global. Elaborado por Arilson Favareto e equipe, com apoio de instituições como Instituto Clima e Sociedade, Instituto Ibirapitanga e Porticus, o documento destaca a urgência de colocar a transição agroalimentar no centro das negociações da COP30, que será sediada em Belém em novembro deste ano. O texto parte do reconhecimento de que esse sistema responde por quase três quartos das emissões de GEE no Brasil, e por um terço das emissões globais, ao mesmo tempo em que permanece negligenciado nas políticas climáticas internacionais.

O relatório contextualiza a necessidade histórica de superação do atual modelo agroalimentar, caracterizado por homogeneidade produtiva, uso intensivo de insumos químicos e estímulo a dietas ultraprocessadas. Argumenta-se que não haverá solução eficaz para a crise climática sem uma transformação profunda desse sistema, o que implica integrar metas agroalimentares nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), ampliar o financiamento climático e adaptar políticas às realidades de agricultores familiares e populações vulneráveis. O documento propõe cinco condições para orientar essa transição, incluindo o estabelecimento de metas progressivas, a valorização da diversidade de práticas e a reformulação dos mecanismos de governança e incentivo. As propostas dialogam diretamente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o 2 (Fome Zero), o 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

Estruturado em oito seções, o policy brief combina análise de dados, entrevistas com especialistas e revisão crítica das negociações multilaterais. Ao destacar exemplos de inovações já em curso no Brasil e no mundo, aponta caminhos para consolidar uma liderança brasileira na agenda climática que não se restrinja à redução do desmatamento, mas que incorpore uma visão sistêmica sobre produção, distribuição e consumo de alimentos. O documento conclui que o protagonismo do país na COP30 será efetivo apenas se conseguir traduzir compromissos em ações concretas e inclusivas, que contribuam simultaneamente para a justiça climática, a segurança alimentar e nutricional e a regeneração dos ecossistemas.

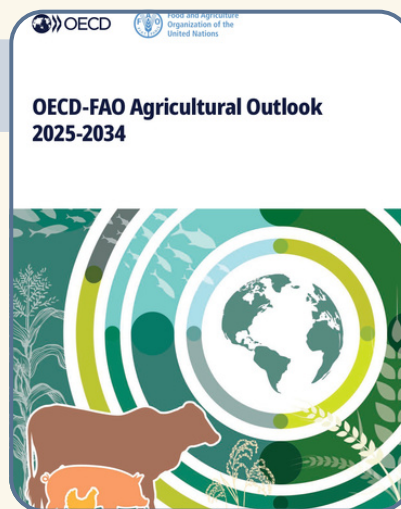
[Acesse o documento completo aqui.](#)



Julho

O relatório *OECD-FAO Agricultural Outlook 2025-2034*, publicado em julho de 2025, é fruto da colaboração entre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Considerado

uma referência para o planejamento de políticas públicas no setor agroalimentar, o relatório oferece projeções detalhadas sobre os mercados agrícolas e de pescados em nível global, regional e nacional para os próximos dez anos. Com contribuições de especialistas dos países membros, o documento incorpora análises de tendências macroeconômicas, comerciais, produtivas e ambientais que impactam os sistemas alimentares, relacionando essas dinâmicas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de erradicação da fome (ODS 2) e ação climática (ODS 13).



A publicação é estruturada em três partes principais. A primeira trata das perspectivas gerais dos mercados agrícolas e alimentares, com foco em consumo, produção, comércio, preços e emissões de gases de efeito estufa (GEE). A segunda parte analisa em profundidade os mercados de dez grupos de commodities -cereais, oleaginosas, açúcar, carnes, laticínios, peixes, biocombustíveis, algodão, raízes e tubérculos, leguminosas e frutas tropicais - apresentando projeções e incertezas específicas para cada setor. Por fim, a terceira parte corresponde ao Anexo Estatístico, disponível online, que detalha as séries históricas e estimativas até 2034 de produção, consumo, comércio e preços de diversas commodities agrícolas e de pescados, além de parâmetros macroeconômicos e políticas setoriais. Um diferencial desta edição é a análise de cenários que combinam aumento da produtividade agrícola com tecnologias de redução de emissões, inovações na alimentação animal, práticas agroecológicas e de baixo custo, demonstrando que é possível, simultaneamente, eliminar a subnutrição e reduzir em até 7% as emissões diretas da agricultura até 2034.

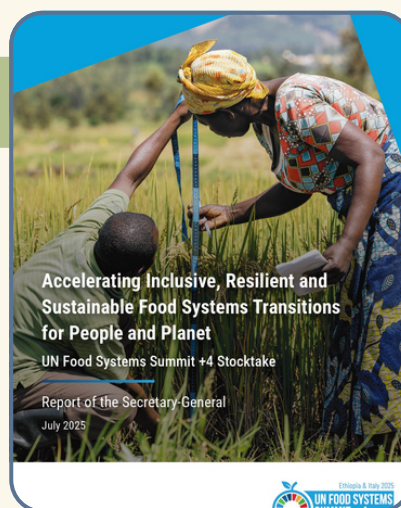


O relatório destaca que, até 2034, o crescimento da produção agrícola global será de 14%, mas concentrado em países de renda média, enquanto os países de baixa renda ainda enfrentarão grandes desafios nutricionais. Em regiões como a África Subsaariana, o consumo de alimentos de origem animal deve permanecer abaixo da referência de 300 kcal/dia da Cesta de Dieta Saudável da FAO. O documento enfatiza que políticas comerciais multilaterais, investimentos em inovação agrícola e ampliação do acesso a dietas nutritivas serão fundamentais para alinhar segurança alimentar, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Agosto

O relatório *Accelerating Inclusive, Resilient and Sustainable Food Systems Transitions for People and Planet - UN Food Systems Summit +4 Stocktake*, de julho de 2025 consolida o balanço global desde 2021 das Cúpulas de Sistemas



Alimentares da ONU (United Nations Food Systems Summit - UNFSS). Liderado pelas Nações Unidas, com coordenação do UN Food Systems Coordination Hub, apoio do UN Food Systems Task Force e contribuições de governos, sociedade civil, juventudes, povos indígenas, setor privado e agências como FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), WFP (World Food Programme) e IFAD (International Fund for Agricultural Development). O documento reafirma a centralidade dos sistemas alimentares para alcançar a Agenda 2030, destacando avanços, lacunas e prioridades em um contexto de crises interligadas envolvendo conflitos, clima, desigualdades e pressões econômicas, e conecta explicitamente a transformação alimentar a metas como ODS 2, ODS 3, ODS 12 e ODS 13.

O relatório mostra que, no âmbito da Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS), 128 países já elaboraram suas rotas nacionais (pathways)



para orientar a transformação dos sistemas alimentares. Além disso, 155 governos nomearam pontos focais nacionais (Conveners) responsáveis por coordenar esse processo de forma multissetorial, e 112 apresentaram atualizações voluntárias em 2025 sobre os avanços e desafios na implementação dessas agendas. Esse avanço indica uma integração crescente das agendas alimentares às políticas de clima e biodiversidade, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e as Estratégias e Planos Nacionais de Biodiversidade (NBSAPs).

Além desse panorama, o documento destaca temas centrais como governança de alto nível e multissetorial, a garantia dos direitos humanos e do direito à alimentação, e a inclusão de mulheres, jovens e agricultores familiares nos processos de transformação. Também são abordadas a conexão entre ciência, política e sociedade, a incorporação de inovações digitais e a necessidade de ampliar os mecanismos de financiamento. O relatório traz ainda exemplos concretos e compromissos recentes que reforçam sua relevância global, como a School Meals Coalition, iniciativas de agroecologia e novos instrumentos financeiros. Nesse contexto, ganham destaque acordos internacionais e coalizões estratégicas, como a Declaração dos Emirados adotada na COP28, o Marco de Biodiversidade de Kunming-Montreal, a Apulia Food Systems Initiative do G7 e a Aliança do G20 contra a Fome e a Pobreza.

Entre as implicações, o relatório convoca a acelerar a implementação das rotas nacionais com pontos focais fortalecidos, governança inclusiva e territorializada, investimento em ciência, dados e tecnologias adequadas ao contexto, e desbloqueio de financiamento público e privado por meio de instrumentos de redução de risco, reorientação de subsídios e maior acesso a fundos climáticos.. Registra, por exemplo, que 36 países acessaram financiamento climático e que Instituições Financeiras Internacionais desembolsaram US\$17,8 bilhões em 2023 para sistemas alimentares. Além disso, apresenta programas como o brasileiro PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e a School Meals Coalition para ilustrar impactos concretos na nutrição, nas compras da agricultura familiar e na resiliência climática. O UN Food Systems Summit +4 Stocktake, alinhado com outros compromissos internacionais como o Compromiso de Sevilla, avaliamarcos como a Cúpula Mundial de Desenvolvimento



Social e a COP30, como oportunidades para consolidar a agenda comida-clima como essencial para atingir as metas globais do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Setembro

O relatório “Do combustível à mesa: O que é necessário para superarmos a dependência dos combustíveis fósseis nos sistemas alimentares?”, lançado pelo International Panel of Experts on Sustainable Food Systems (IPES-Food) em junho de 2025,

reúne contribuições de pesquisadores, organizações internacionais e especialistas que analisam os desafios de eliminar a presença estrutural dos combustíveis fósseis em toda a cadeia alimentar. A publicação ressalta que cerca de 40% da produção global de petroquímicos é destinada aos sistemas alimentares, principalmente na forma de fertilizantes sintéticos e plásticos, o que os coloca no centro da crise climática e da necessidade de transformação. O documento destaca ainda a conexão direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles relacionados à ação climática, biodiversidade e erradicação da fome.

Estruturado em quatro seções analíticas e um conjunto final de recomendações, o relatório examina o uso de combustíveis fósseis no campo, nas etapas intermediárias da cadeia, nas cozinhas e cadeias de frio, além de discutir soluções tecnológicas que, muitas vezes, se mostram paliativas ou de fachada. A análise traz dados sobre fertilizantes nitrogenados, pesticidas, bioplásticos e plataformas digitais de agricultura de precisão, além de expor os riscos da concentração de poder corporativo e da expansão de falsas soluções promovidas pelo agronegócio. Por outro lado, o relatório propõe abordagens integradas, como a agroecologia, a reconstrução das cadeias locais de abastecimento, a transição energética justa e a redução do consumo de





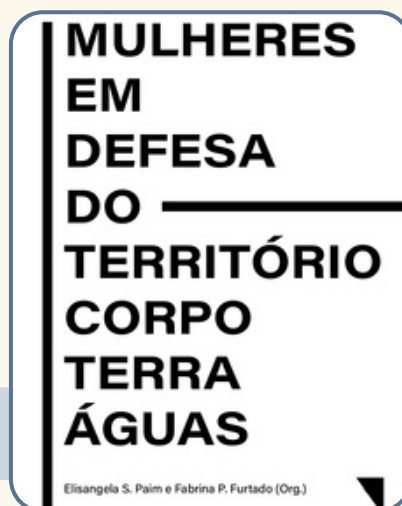
ultraprocessados, colocando a saúde pública e a resiliência climática no centro da agenda.

O documento conclui que retirar os combustíveis fósseis dos sistemas alimentares é uma condição indispensável para enfrentar a crise climática e construir sociedades mais justas. Para tanto, recomenda a eliminação progressiva dos agroquímicos, a ampliação de práticas agroecológicas e o fortalecimento da governança democrática dos sistemas alimentares. A publicação reforça a urgência de integrar os alimentos às metas globais de descarbonização e chama atenção para iniciativas já em curso em comunidades, governos locais e movimentos sociais, que demonstram a viabilidade de sistemas alimentares mais saudáveis, resilientes e alinhados a uma transição ecológica global.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Comida e Cultura

Janeiro



O livro *Mulheres em Defesa do Território-Corpo-Terra-Águas*, publicado em outubro de 2024 pela Fundação Rosa Luxemburgo e Editora Funilária, com o apoio das instituições: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, apresenta um conjunto rico de relatos e análises sobre as lutas de mulheres em diferentes regiões do Brasil. A obra traz reflexões críticas ancoradas em feminismos antirracistas e contracoloniais, agroecologia e economia política feminista. Com um prefácio assinado por Silvia Federici, o livro realça a conexão profunda entre a preservação ambiental e a luta contra estruturas de opressão que afetam diretamente comunidades tradicionais.



Organizado em tópicos temáticos, o livro aborda questões is como agronegócio, mineração, impactos de megaprojetos e as múltiplas formas de resistência feminina. Os textos incluem vivências de mulheres indígenas, quilombolas e camponesas, destacando suas estratégias de luta e os saberes que elas mantêm vivos. Casos emblemáticos, como o desastre da Samarco, além de reflexões sobre economia verde e a financeirização da natureza, são analisados em profundidade. O livro ressalta a importância de integrar saberes tradiciona e acadêmicos, promovendo alianças entre movimentos feministas, camponesas e indígenas na defesa dos territórios e das comunidades impactadas. Suas recomendações incluem a criação de políticas públicas que garantam os direitos das populações vulneráveis e o fortalecimento de coalizões que se aproximem da ciência e das práticas locais. Além de uma coletânea de análises, a obra se apresenta como uma ferramenta prática e epistemológica para apoiar a luta pela justiça social e ambiental, inspirando ações transformadoras em escala global.

Acesse o livro completo [aqui](#).

Fevereiro

A publicação "Soluções Comunitárias Baseadas na Natureza: Adaptação de Territórios Vulneráveis às Mudanças Climáticas", lançada em 2024 pelo Ministério do Meio Ambiente e



Mudança do Clima (MMA) em parceria com a Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo, destaca a importância das Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como estratégias eficazes de adaptação climática. O documento enfatiza como essas abordagens podem mitigar impactos ambientais, fortalecer a resiliência urbana e promover o bem-estar social, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, ressalta o papel fundamental das comunidades na implementação dessas soluções, demonstrando que iniciativas locais podem ter impactos transformadores em escala global



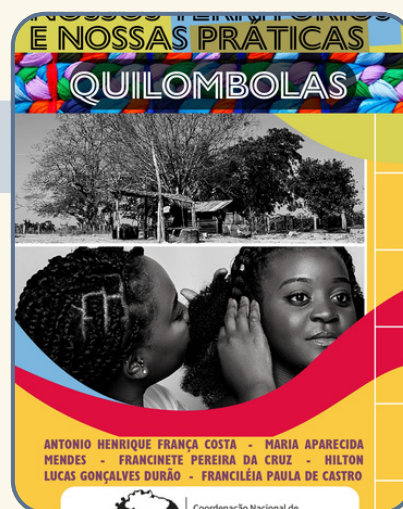
A estrutura do relatório abrange desde conceitos introdutórios até estudos de caso e recomendações práticas. São abordadas intervenções como a criação de espaços verdes urbanos, a gestão sustentável da água e a agricultura urbana, destacando como essas ações podem ser adaptadas às realidades locais. O documento também traz análises de custo-benefício, evidenciando que as SbN são alternativas viáveis tanto ambiental quanto economicamente. Além disso, ressalta a necessidade de articulação entre governos, sociedade civil e setor privado para viabilizar políticas públicas que incentivem e financiem essas iniciativas. Entre as recomendações, o relatório sugere ações como a criação de hortas comunitárias para fortalecer a segurança alimentar e a realização de oficinas para capacitação de lideranças locais. Também reforça a importância de programas como "Cidades Verdes Resilientes", que incentivam a integração de soluções naturais no planejamento urbano. A conclusão destaca que a adoção das SbN não só contribui para a adaptação climática, mas também melhora significativamente a qualidade de vida nas cidades, tornando-as mais sustentáveis, resilientes e inclusivas.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Março

O relatório Nossos Territórios e Nossas Práticas Quilombolas, desenvolvido pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) com apoio do Instituto Clia e Sociedade (ICS)

apresenta um panorama abrangente sobre os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil, com foco na Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga. Publicado por uma equipe de especialistas e lideranças quilombolas, o documento investiga aspectos como racismo ambiental, impactos da Covid-19, proteção de defensores de direitos humanos, preservação ambiental e agricultura familiar. O levantamento ressalta a resiliência das comunidades e a necessidade de políticas públicas que garantam seus direitos territoriais e culturais.





Estruturado em diagnósticos temáticos, o relatório detalha a realidade quilombola em diversos estados brasileiros, destacando a relação entre os modos de vida tradicionais e as ameaças socioambientais. São analisados os desafios para a certificação e titulação de terras, além de exemplos de práticas de sustentabilidade e gestão comunitária dos territórios. A abordagem metodológica combina levantamento de dados secundários e escuta qualificada de lideranças, garantindo que a perspectiva das próprias comunidades seja o fio condutor da análise.

O documento enfatiza a necessidade de fortalecer a governança quilombola e garantir mecanismos eficazes de proteção territorial. Entre as recomendações, destaca-se a ampliação de políticas de regularização fundiária, incentivo à produção agrícola sustentável e a implementação de ações contra o racismo ambiental. O relatório reforça a importância da valorização dos saberes tradicionais na construção de um futuro mais justo.

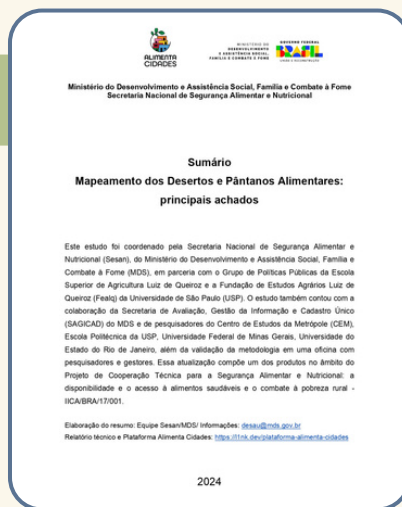
[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Abril

Mapeamento dos Desertos e Pântanos Alimentares: principais achados é um relatório publicado em 2024 pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar

e Nutricional (Sesan), em parceria com o Grupo de Políticas Públicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq). A publicação faz parte do Projeto de Cooperação Técnica IICA/BRA/17/001 e sustenta a Estratégia Alimenta Cidades, estabelecida pelos Decretos nº 11.820 e nº 11.822 de 2023.

O relatório apresenta uma atualização metodológica importante sobre o mapeamento de desertos e pântanos alimentares ao agregar critérios de





renda e vulnerabilidade territorial, a análise busca orientar políticas públicas mais precisas e inclusivas. Aqui, os desertos alimentares são áreas onde o acesso a alimentos frescos e saudáveis é escasso ou inexistente, enquanto os pântanos alimentares são territórios dominados por estabelecimentos que vendem majoritariamente produtos ultraprocessados e de baixa qualidade nutricional.

Em 91 municípios com mais de 300 mil habitantes, os dados mostram que 25 milhões de pessoas — um terço da população dessas cidades — vivem em desertos alimentares, e cerca de 15 milhões em pântanos alimentares. Entre os mais afetados, estão 6,7 milhões de pessoas de baixa renda e 4,7 milhões em situação de pobreza. A iniciativa dialoga diretamente com os ODS 2 (Fome Zero), 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades Sustentáveis).

O relatório detalha a metodologia em dois eixos: análise da densidade de estabelecimentos de alimentos saudáveis e ultraprocessados em todo o Brasil, e mapeamento intraurbano dos desertos e pântanos nas 91 maiores cidades. Utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e mapas hexagonais de 1 km², foram criados sete mapas por município, revelando, por exemplo, que o Norte concentra 69,6% dos municípios com baixa densidade de estabelecimentos saudáveis. Já o Sudeste, embora concentre a maior população em desertos e pântanos alimentares, também lidera em densidade de estabelecimentos não saudáveis. A publicação recomenda priorizar políticas como agricultura urbana, feiras, equipamentos de segurança alimentar e a regulação de ultraprocessados em espaços públicos. A Plataforma Alimenta Cidades disponibiliza os mapas e dados para apoiar gestores públicos e sociedade civil.

[Acesse o relatório aqui.](#)



Maio

O relatório *Education and Nutrition: Learn to Eat Well*, publicado em 2025 pela UNESCO em parceria com a *London School of Hygiene & Tropical Medicine (LSHTM)*, integra a série de Relatórios Globais de Monitoramento da Educação e

explora as profundas interconexões entre educação e nutrição. Em um contexto marcado por crescentes crises alimentares, mudanças climáticas e desafios de saúde pública, o documento destaca como a educação pode ser uma ferramenta estratégica para combater a desnutrição, promover dietas saudáveis e sustentar sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (principalmente o ODS 2 – Fome Zero e o ODS 4 – Educação de Qualidade), o relatório reforça a importância de abordagens integradas e ao longo do ciclo de vida, centradas especialmente nos ambientes escolares.



O relatório está organizado em seções que exploram como a nutrição afeta o desempenho escolar, como a educação melhora os resultados nutricionais e de que forma os programas de alimentação escolar impactam o desenvolvimento cognitivo e o acesso à educação. Com uma abordagem baseada em evidências, o documento apresenta análises sobre políticas de alimentação escolar em diferentes países, incluindo o Brasil, estudos de caso sobre intervenções eficazes e dados sobre os impactos da insegurança alimentar na aprendizagem. É dado destaque à importância da alimentação adequada nos primeiros mil dias de vida, à relação entre o nível educacional das mães e o estado nutricional das crianças, e ao papel da educação formal e informal no fortalecimento das capacidades profissionais em nutrição e agricultura sustentável.

Entre as principais recomendações, o relatório propõe o fortalecimento da educação nutricional nos currículos escolares, a expansão de programas universais de alimentação escolar com critérios nutricionais de qualidade e o investimento em monitoramento eficaz das políticas



implementadas. Iniciativas como o programa Alive & Thrive em Bangladesh, o PM-POSHAN na Índia, o Ka Ora, Ka Ako na Nova Zelândia e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil ilustram os benefícios de intervenções integradas e duradouras. Ao destacar que mais de 459 milhões de crianças recebem refeições escolares no mundo, o relatório mostra que investir em nutrição é investir em aprendizado, saúde e equidade.

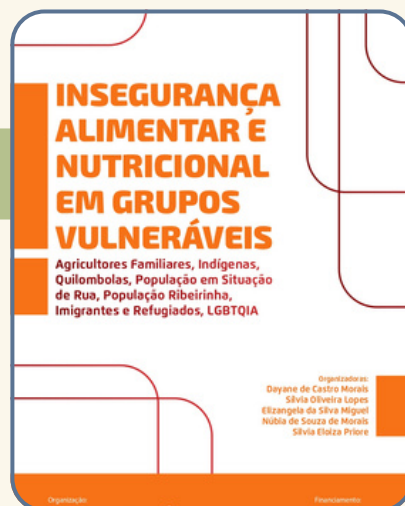
[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Junho

Publicado em 2024 pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), o e-book “Insegurança Alimentar e Nutricional em Grupos Vulneráveis” é fruto de uma articulação entre ensino,

pesquisa e extensão, reunindo uma equipe de nutricionistas, pesquisadoras e estudantes lideradas pela Prof. Dr. Silvia Eloiza Priore. A obra apresenta um mapeamento detalhado da situação de segurança alimentar e nutricional entre agricultores familiares, indígenas, quilombolas, população ribeirinha, pessoas em situação de rua, imigrantes, refugiados e a população LGBTQIA+. Em um momento em que o Brasil ainda lida com as consequências do retorno ao Mapa da Fome da FAO e com desafios estruturais no combate às desigualdades, o relatório traz dados atualizados e análises que iluminam a urgência da ação pública para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A publicação está dividida em sete capítulos temáticos, cada um dedicado a um dos grupos sociais analisados. Para além do diagnóstico epidemiológico e da análise dos dados oficiais mais recentes, como as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) e o Inquérito Nacional da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), o ebook destaca as intersecções entre





insegurança alimentar, saúde pública, racismo estrutural, desigualdade de acesso a políticas públicas e vulnerabilidades territoriais.

Um dos diferenciais da obra é a inclusão de marcos legais e programas voltados a cada grupo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e Floresta e o recente decreto presidencial que redefine a composição da cesta básica, valorizando a agricultura familiar e os alimentos regionais.

O relatório dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 3 (saúde e bem-estar) e 10 (redução das desigualdades). Traz também uma contribuição importante para o debate sobre justiça alimentar e urbana, ao destacar como políticas intersetoriais e sensíveis às desigualdades estruturais podem enfrentar de forma efetiva a fome e a má nutrição nas cidades e nos territórios tradicionais. A publicação se consolida como leitura essencial para gestores públicos, conselheiros, educadores, profissionais da saúde e da nutrição, além de movimentos sociais que atuam em defesa do direito à alimentação.

Acesse o relatório completo [aqui](#).

Julho

O relatório *Global Report on Food Crises 2025 - Joint Analysis for Better Decisions*, publicado em maio de 2025, apresenta um panorama alarmante sobre as crises alimentares no mundo, com foco especial nos países e populações

mais vulneráveis. Produzido pela *Global Network Against Food Crises*, uma coalizão que reúne agências da ONU, ONGs e instituições internacionais, o relatório contou com contribuições destacadas da FAO, *The World Food Programme (WFP)*, *International Food Policy Research Institute (IFPRI)* e da União Europeia. Seu objetivo é oferecer uma análise integrada da





insegurança alimentar aguda, a partir da escala de classificação da Integrated Food Security Phase Classification (IPC), subsidiando decisões mais eficazes para resposta humanitária e planejamento de políticas públicas em escala global.

O documento destaca que, em 2024, mais de 281 milhões de pessoas enfrentaram níveis críticos de insegurança alimentar aguda em 59 países, o segundo maior número já registrado desde o início da série histórica. A publicação analisa fatores como conflitos armados, choques climáticos e instabilidade econômica, apontando suas interações como catalisadores das crises. O conteúdo do relatório está alinhado com metas globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (especialmente o ODS 2 - Fome Zero), e propõe uma abordagem integrada que considere tanto medidas de emergência quanto estratégias de longo prazo para a transformação dos sistemas alimentares.

Estruturado em três partes principais: análise global e regional das crises alimentares, estudo dos fatores que impulsionam a insegurança alimentar e propostas para ações coordenadas. Entre as abordagens inovadoras, destaca-se a ênfase na articulação entre dados de curto prazo e estratégias de resiliência de longo prazo, incluindo programas como o Integrated Food Security Phase Classification (IPC) que é uma ferramenta internacional que padroniza a análise da insegurança alimentar aguda, classificando-a em cinco fases, de mínima a catástrofe, com base em dados técnicos e consensuais; e o Cadre Harmonisé, que é um quadro metodológico regional utilizado principalmente na África Ocidental e Central que segue os princípios do IPC, permitindo comparabilidade e coordenação entre países na resposta às crises alimentares. As recomendações incluem o fortalecimento de sistemas de alerta precoce, financiamento de respostas antecipatórias e maior integração entre assistência humanitária e desenvolvimento rural. A publicação também destaca o papel de iniciativas como o Global Network Against Food Crises e a Parceria de Apoio à Prevenção de Crises Alimentares como pilares fundamentais para enfrentar os desafios globais da fome.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)



Agosto

especialmente no que diz respeito ao combate à fome, à ação climática e à conservação da biodiversidade. A análise evidencia o potencial das práticas agroecológicas, dos Sistemas Agroalimentares e Amazônias: soluções para impulsionar uma



transição justa e regenerativa é o novo relatório publicado em agosto de 2025 pela rede Uma Concertação pela Amazônia, em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e diversas instituições acadêmicas e da sociedade civil. O documento reúne contribuições de pesquisadoras, pesquisadores, lideranças comunitárias e organizações que atuam diretamente nos territórios amazônicos, compondo uma visão coletiva sobre os caminhos possíveis para transformar os sistemas agroalimentares da região.

O relatório destaca a urgência de repensar o modelo atual, marcado por desmatamento, insegurança alimentar e desigualdades históricas, e apresenta alternativas concretas para alinhar produção, distribuição e consumo de alimentos às necessidades locais e globais. Organizado em seções que abordam vetores de retração e tração, agenda de ação e recomendações territoriais, o estudo relaciona os desafios da região aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sistemas agroflorestais, da sociobioeconomia e dos saberes tradicionais como elementos centrais para construir soluções resilientes e regenerativas.

Entre as recomendações, o relatório propõe a reestruturação de incentivos políticos e financeiros, o fortalecimento de programas como o PNAE e o PAA, a valorização de cadeias da sociobiodiversidade e a garantia dos direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Ao articular iniciativas locais com políticas nacionais e compromissos internacionais, o documento aponta que a Amazônia pode se tornar referência mundial em inovação social e ecológica no campo da alimentação.

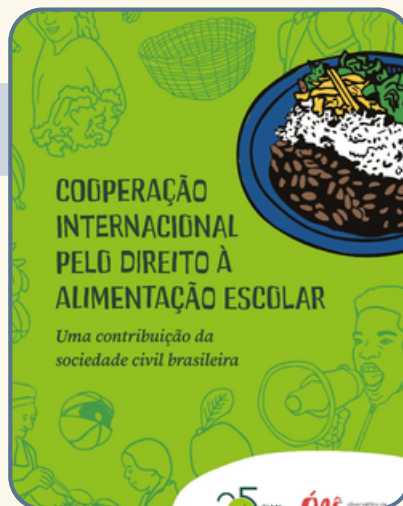


A publicação reforça que comida é solução climática e que a transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares da região Amazônica é estratégica não apenas para o Brasil, mas para o planeta.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Setembro

O relatório de título “Cooperação internacional pelo direito à alimentação escolar: uma contribuição da sociedade civil brasileira”, publicado em 2025, foi elaborado por Flavia Schwartzman e Mariana Santarelli, com



contribuições de Pedro Biondi, sob coordenação da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FIAN Brasil) e do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE). A iniciativa contou ainda com o apoio do *Global Health Advocacy Incubator (GHAI)* e do Instituto Ibirapitanga, além da colaboração de uma ampla rede de organizações da sociedade civil comprometidas com o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas.

O relatório surge em um contexto global marcado pela pandemia global que combina desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, ressaltando a relevância histórica e contemporânea da alimentação escolar como política pública estratégica. Ao reunir reflexões e experiências da sociedade civil brasileira, o documento destaca os desafios de assegurar uma alimentação adequada frente a pressões corporativas, limitações orçamentárias e desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que evidencia oportunidades de cooperação internacional. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), 3 (saúde e bem-estar) e 4 (educação de qualidade), o relatório reforça a alimentação escolar como instrumento de garantia de direitos e de promoção de sistemas alimentares sustentáveis.

Estruturado em seis capítulos principais, o relatório aborda desde os



compromissos internacionais do direito à alimentação até as ameaças contemporâneas à política de alimentação escolar. São explorados marcos normativos e institucionais brasileiros, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como a relação das compras públicas com a agricultura familiar e o papel da participação social no monitoramento das políticas. Ao destacar boas práticas e a trajetória do Pnae como referência internacional, a publicação também aponta riscos de captura corporativa e necessidade de vigilância constante. Suas recomendações finais enfatizam que o fortalecimento da cooperação internacional, a defesa da participação social e o compromisso com o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas são essenciais para garantir o impacto das políticas de alimentação escolar no Brasil e no mundo.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)





NOVIDADES DA NEWSLETTER

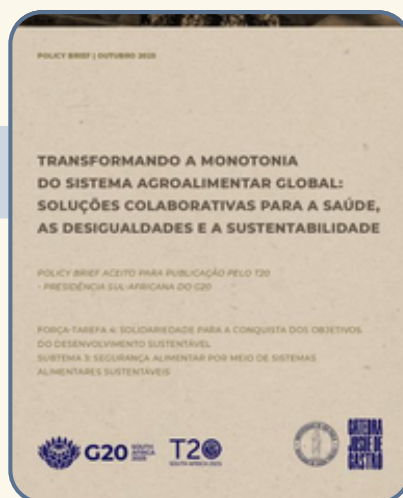
A partir do mês de outubro, a organização dos conteúdos da Newsletter passa a seguir uma nova lógica, alinhada aos temas estratégicos de atuação do Instituto. Essa mudança reflete uma evolução na forma como estruturamos e comunicamos nossas agendas, conectando de maneira mais direta nossa produção de conhecimento às frentes de atuação institucional. Para tal, nossa curadoria seguiu com três indicações mensais, porém agora distribuídas dentre os temas centrais da nossa atuação, a saber: Alimentação Escolar; Clima e Biodiversidade; Comer local; Democracia Alimentar; e Governança.

Clima e Biodiversidade

Outubro

O Policy Brief “Transformando a Monotonia do Sistema Agroalimentar Global: Soluções Colaborativas para a Saúde, as Desigualdades e a

Sustentabilidade” de outubro de 2025, é um texto da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis (USP), Instituto Comida do Amanhã, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD)* que foi aceito pelo T20 sob a Presidência Sul Africana do G20. O documento apresenta uma análise abrangente sobre os paradoxos e os custos ocultos que caracterizam o atual modelo de produção e consumo de alimentos.





Também destaca como o sistema agroalimentar mundial, apesar de sua capacidade produtiva, continua falhando em eliminar a fome e em promover a saúde e a sustentabilidade. A publicação relaciona esses desafios à tríplice monotonia – agrícola, animal e alimentar – que limita a diversidade biológica, compromete a segurança alimentar e nutricional e acelera crises interconectadas de mudanças climáticas e perda de biodiversidade, abordando o tema em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 2 (Fome Zero) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

Estruturado em duas partes principais, diagnóstico do problema e recomendações, o Policy Brief propõe uma leitura crítica sobre a concentração da produção agrícola em poucas culturas, o uso intensivo de antibióticos na pecuária industrial e a homogeneização das dietas, marcada pela crescente presença de ultraprocessados. A análise aponta que esses fatores geram custos ocultos de quase 12 trilhões de dólares anuais e reforçam a necessidade de uma transformação ecológica do sistema. As recomendações são organizadas em cinco eixos: fortalecimento dos serviços ecossistêmicos, regeneração de solos e autonomia agrícola, regulamentação do uso de antibióticos, promoção de alimentos in natura e governança global equitativa. O relatório traz ainda exemplos e dados que demonstram como práticas agroecológicas e modelos regenerativos já vêm sendo implementados em diferentes países, propondo caminhos para políticas públicas integradas e colaborativas.

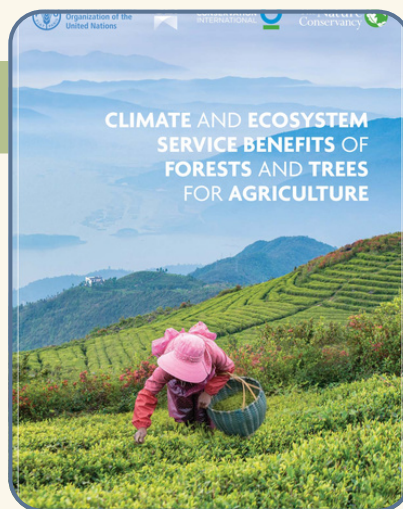
O documento reafirma o papel estratégico do G20 na condução de uma transição global que promova a união da saúde, da justiça social e da sustentabilidade ambiental. Suas conclusões reforçam a urgência de substituir a monotonia agroalimentar por sistemas baseados na diversidade biológica, cultural e produtiva, capazes de regenerar ecossistemas e valorizar os territórios de origem dos alimentos. O relatório convida governos, pesquisadores, agricultores e sociedade civil a atuarem em conjunto para reduzir desigualdades e redefinir as bases da produção alimentar global.

[Acesse o Policy Brief completo aqui.](#)



Novembro

O relatório *Climate and Ecosystem Service Benefits of Forests and Trees for Agriculture*, lançado em 2025, sintetiza evidências científicas recentes sobre como florestas e árvores fortalecem a produtividade e a resiliência agrícola em diversos contextos.



A publicação, fruto da colaboração entre *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*, *Stockholm Environment Institute (SEI)*, *Conservation International (CI)* e *The Nature Conservancy (TNC)*, destaca a relevância histórica e contemporânea desses ecossistemas na regulação climática, na manutenção da água e na proteção dos trabalhadores rurais. Ao relacionar esses benefícios com metas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e compromissos climáticos internacionais, o relatório evidencia que a integração entre agricultura e florestas é estratégica para enfrentar crises climáticas, hídricas e alimentares.

Ao longo de suas sete seções, o documento explora desde conceitos fundamentais sobre como localização, distância e padrões de vegetação moldam as interações floresta-agricultura, até mecanismos detalhados que regulam clima, água, biodiversidade e saúde no campo. São discutidos processos como evapotranspiração, moderação térmica, reciclagem de umidade, controle biológico, ciclagem de nutrientes e proteção do solo, além de análises sobre impacto do desmatamento na temperatura local, na saúde de trabalhadores e na estabilidade da produção agrícola. O relatório apresenta ainda estudos de caso globais (incluindo o Brasil), inovações em financiamento climático, abordagens de governança e lacunas de conhecimento que precisam ser superadas para orientar decisões baseadas em evidências.

As conclusões reforçam que conservar, restaurar e manejar florestas de forma sustentável é uma das estratégias mais eficientes para promover agricultura resiliente, proteger agricultores e garantir segurança



alimentar e nutricional, e hídrica. O documento recomenda que países integrem os benefícios florestais em políticas agrícolas, climáticas e de biodiversidade; ampliem instrumentos financeiros como REDD+ e soluções baseadas na natureza; e fortaleçam iniciativas territoriais com participação de agricultores, comunidades locais e povos indígenas. Ao conectar ciência, política e prática, o relatório contribui para transformar a relação entre produção agrícola e conservação ambiental em direção a sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

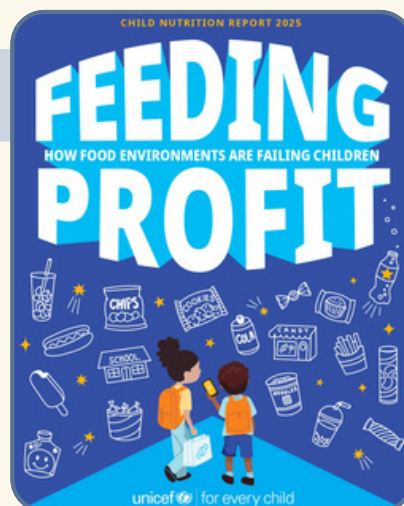
[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Governança

Outubro

O relatório global *Feeding Profit: How food environments are failing children*. *Child Nutrition Report 2025* (em português Alimentando o lucro: como os ambientes alimentares estão falhando com as crianças), publicado pelo *United Nations Children's Fund (UNICEF)*

em setembro de 2025, alerta para a crescente influência da indústria de alimentos e bebidas ultraprocessados sobre a alimentação infantil e suas consequências para a saúde pública. O documento mostra que milhões de crianças e adolescentes vivem em ambientes onde produtos ultraprocessados, bebidas açucaradas e fast foods são amplamente acessíveis e intensamente publicizados contribuindo para o aumento de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas em idades cada vez mais precoces. A publicação reforça que a má nutrição já não se expressa apenas pela fome e pela desnutrição, mas também pelo consumo excessivo de alimentos não saudáveis, desafiando o cumprimento de metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 2 (Fome Zero) e o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).





Estruturado em quatro eixos – diagnóstico, achados, análises e recomendações – o relatório combina dados de bases internacionais, como Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Mundial e *NCD Risk Factor Collaboration (NCD-RisC)*, com pesquisas inéditas conduzidas pelo UNICEF. As análises revelam que a obesidade infantil já superou a desnutrição como a forma predominante de má nutrição entre crianças e adolescentes e que o consumo de ultraprocessados corresponde, em alguns países, a mais da metade das calorias ingeridas por jovens. O documento denuncia a forte presença de marketing digital direcionado ao público infantil e a ausência de políticas eficazes para restringir a influência corporativa sobre escolas e famílias. Além disso, chama atenção para as desigualdades regionais e socioeconômicas que moldam as dietas infantis, mostrando como os países de baixa e média renda estão entre os mais afetados pelo avanço da obesidade.

O relatório propõe uma agenda de ação em oito frentes, entre elas a regulamentação do marketing de alimentos não saudáveis, a implementação de políticas fiscais e de rotulagem, a promoção da produção local de alimentos nutritivos e o fortalecimento da governança pública frente à interferência da indústria. O UNICEF convoca governos, sociedade civil, setor acadêmico e doadores internacionais a agir de forma coordenada para transformar os ambientes alimentares e garantir o direito das crianças à alimentação adequada. O documento enfatiza que apenas uma ação política corajosa e multissetorial poderá conter a epidemia global de obesidade infantil e promover dietas mais saudáveis e sustentáveis.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Novembro

State of Climate Action 2025: Assessing Progress to Achieve 2030 and 2050 Climate Targets é um relatório publicado em 2025 e desenvolvido no âmbito do *Systems Change Lab*, uma iniciativa





cofundada pelo *Bezos Earth Fund* e pelo *World Resources Institute (WRI)*, com a participação de diversos parceiros globais. O documento consolida as evidências mais recentes sobre o progresso climático em escala mundial, destacando a urgência histórica e contemporânea de acelerar ações em setores-chave para cumprir metas alinhadas ao Acordo de Paris e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao conectar ciência, monitoramento de políticas e tendências reais de implementação, o relatório oferece uma visão abrangente sobre os desafios estruturais e as janelas de oportunidade para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Organizado em múltiplas seções que analisam emissões, políticas, tecnologias emergentes e oportunidades de mitigação, o relatório detalha o estado do avanço em áreas como energia, transporte, uso da terra, agricultura e alimentação. Cada seção apresenta indicadores, metas para 2030 e 2050, lacunas de implementação, além de casos ilustrativos que mostram tanto boas práticas quanto barreiras recorrentes. A publicação se destaca por integrar avaliações quantitativas de progresso, análises financeiras, modelagens de cenário e estudos de caso que evidenciam a distância entre compromissos governamentais e ações concretas, além de destacar caminhos possíveis para aceleração em ritmo compatível com as necessidades climáticas globais. O relatório destaca que as emissões da agricultura continuam crescendo, ainda que em ritmo mais lento, e que a transformação do sistema alimentar exige mudanças simultâneas na produção, no consumo e na gestão dos recursos naturais. Reduzir a intensidade das emissões, aumentar a produtividade agrícola de forma sustentável, proteger solos e águas e fortalecer a resiliência climática das cadeias produtivas são medidas urgentes para garantir segurança alimentar e nutricional em um contexto de aquecimento global e de aumento populacional.

Entre suas conclusões, o relatório recomenda uma combinação de transições rápidas em sistemas energéticos, expansão de soluções baseadas na natureza, reformas econômicas e políticas públicas robustas que articulem governos, setor privado e sociedade civil. Essas orientações conectam-se diretamente a agendas globais, como a implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) mais ambiciosas e iniciativas de alto impacto discutidas em eventos



internacionais da agenda climática. O relatório aponta caminhos diretos para quem atua em alimentação e agricultura: acelerar práticas agrícolas de baixa emissão, reduzir a perda e o desperdício de alimentos, ampliar políticas de incentivo a sistemas produtivos sustentáveis e promover ambientes alimentares mais equilibrados, incluindo dietas menos intensivas em carbono.

Dentre as políticas que atuam nesta linha e que valorizam a coordenação entre governos, setor privado e sociedade civil destacam-se a taxação de emissões agropecuárias, o apoio à produção vegetal, a restauração de solos e a gestão mais eficiente de nutrientes. Essas ações não apenas contribuem para o clima, mas fortalecem a soberania e a segurança alimentar e nutricional, elevam a resiliência dos sistemas produtivos e criam novas oportunidades para agricultores.

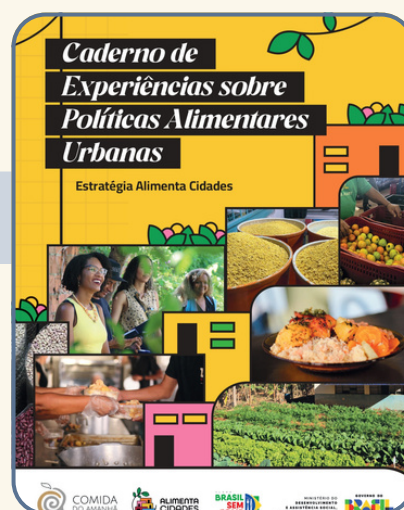
[Acesse o relatório completo aqui.](#)

Democracia Alimentar

Outubro

O “Caderno de Experiências sobre Políticas Alimentares Urbanas – Estratégia Alimenta Cidades” lançado em setembro de 2025 reúne iniciativas inspiradoras de cidades brasileiras, no âmbito da

Estratégia Alimenta Cidades, voltadas à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto urbano. Elaborado de forma colaborativa entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) e Instituto Comida do Amanhã, a publicação visa dar visibilidade a experiências concretas empreendidas pelos territórios a fim de inspirar demais cidades brasileiras que almejam fortalecer a





agenda alimentar urbana, além de favorecer a troca de experiências e aprendizados no âmbito da Rede Urbana de Alimentação Saudável (Ruas). O material integra os esforços da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, instituída pelo Decreto nº 11.822/2023, e contribui diretamente para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 2 (Fome Zero) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Dividido entre as cinco regiões e estruturado em mais de 60 relatos municipais, o Caderno apresenta experiências que vão desde a produção agroecológica e o aproveitamento integral dos alimentos até a educação alimentar e nutricional e a criação de hortas urbanas e comunitárias. As seções retratam projetos emblemáticos como a Cozinha Experimental “Sabores que Transformam” em Anápolis (GO), a Rede de Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos em Brasília (DF) entre outros exemplos que demonstram a força das políticas locais no enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional. O documento adota uma abordagem metodológica participativa, sistematizando as experiências a partir de um roteiro comum e valorizando os aprendizados e inovações de cada território, em diálogo com os eixos da Estratégia Alimenta Cidades.

As conclusões do relatório reforçam que as cidades têm papel central na transformação dos sistemas alimentares, destacando a importância da cooperação intersetorial e do protagonismo local para garantir a alimentação adequada e saudável como direito. O Caderno evidencia que políticas públicas de alimentação urbana são também políticas de saúde, cultura e sustentabilidade, ao promoverem vínculos comunitários e fortalecerem capacidades estatais.

[Acesse a publicação completa aqui.](#)



Comer local

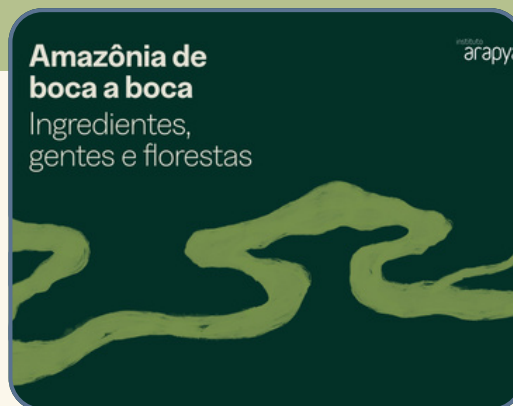
Novembro

Amazônia de boca a boca: ingredientes, gentes e florestas é o novo relatório publicado pelo Instituto Arapyaú em 2025. A publicação reúne um amplo mapeamento de ingredientes, produtores, organizações

comunitárias e empreendimentos da bioeconomia amazônica, destacando sua relevância para o fortalecimento de mercados sustentáveis e para a promoção de uma floresta produtiva e em pé. Com foco em conectar oferta e demanda, o relatório apresenta informações essenciais sobre o papel de cooperativas, associações e iniciativas locais na construção de uma economia mais inclusiva, inovadora e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados ao clima, à vida terrestre, ao trabalho digno e ao consumo responsável.

A estrutura do relatório percorre ingredientes da sociobiodiversidade amazônica e reúne dados sobre produtos, áreas de origem, tipo de impacto, territórios e perfis de participantes, evidenciando tanto a diversidade de cadeias quanto a profundidade das relações entre comunidades e floresta. Organizado de forma acessível, traz panoramas sobre cooperativas consolidadas, experiências agroflorestais de referência, iniciativas empresariais de impacto, empreendimentos indígenas e redes territoriais que articulam conservação e renda. Além do mapeamento em si, o documento oferece uma análise diferenciada ao destacar certificações, modelos de manejo, práticas regenerativas, estudos de caso e exemplos concretos de inovação socioambiental emergente na região.

O relatório evidencia a relevância ao conectar esse mosaico de experiências às agendas globais de clima, biodiversidade e





desenvolvimento sustentável, ressaltando como políticas públicas, redes de cooperação e iniciativas privadas podem potencializar o uso justo e sustentável dos ingredientes da floresta. As recomendações reforçam a importância de ampliar mercados para produtos amazônicos, fortalecer cadeias curtas, apoiar a autonomia das comunidades e valorizar soluções baseadas na natureza como eixo estratégico para o futuro da bioeconomia. A publicação aparece como uma ferramenta de inspiração e ação para governos, empresas, investidores e organizações da sociedade civil que buscam contribuir para modelos econômicos de baixo carbono, regenerativos e socialmente justos.

[Acesse o relatório completo aqui.](#)



CRÉDITOS

INSTITUIÇÕES

Instituto Comida do Amanhã

REDAÇÃO DO TEXTO

Flávia Brito

Lucas Miranda

Roberta Curan

REVISÃO

Flávia Brito

Francine Xavier

Juliana Tângari

Roberta Curan

Thais Barreto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Emile Gomes

Isabel Gonçalves

Mônica Guerra

COMO CITAR EM SEUS ARTIGOS E TRABALHOS:

INSTITUTO COMIDA DO AMANHÃ. Colheita: uma pitada dos sistemas alimentares em 2025. Rio de Janeiro: Instituto Comida do Amanhã, 2026.